



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 048

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 048**

### **45ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva:..... 02**

**Presenças:..... 02**

**Abertura da Sessão: ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 10

Projetos de Lei Complementar ..... 14

Projetos de Lei ..... 14

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luciana Rafagnin ..... 17

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 17

Dep. Reni Pereira..... 18

Dep. Stephanes Júnior ..... 20

Dep. Antonio Belinati ..... 21

Dep. Rosane Ferreira ..... 24

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PRB/PSB/PV

Dep. Reni Pereira..... 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 21

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste..... 25

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

Redação Final ..... 28

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 35

**Encerramento da Sessão: ..... 36**

#### **Publicações:**

Ata de Comissão

Segurança Pública..... 36

#### **Publicações Administrativas:**

Minuta de Contrato ..... 36

### **DIÁRIO Nº 048**

### **45ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 MAIO DE 2009**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Dr. Batista.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Élio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (40).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Ademar Traiano, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson e Osmar Bertoldi (08).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Carlos Simões, Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Péricles de Mello e Plauto Miró (05).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

##### **OFÍCIOS**

Sob o nº AF/DEFIN/GTES - 00262/09 do Sr. Alfredo Gonçalves Nunes - Gerente do BNDES, comunicando que o referido banco efetuou no dia 13/04/09, liberação de recursos financeiros para o Estado do Paraná, no âmbito do Contrato nº 2222441, no valor total de R\$ 3.000.118,60. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 157/09 - SESAN/MDS da Sra. Wilma Luiza Santana - Gerente da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, comunicando a liberação da 1ª parcela no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), referente ao Convênio nº 246/08 - Objeto: Programa de aquisição de alimentos, firmado entre a União, representado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Governo do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício INCRA/SR (9) G nº 1763 da Sra. Irene Coelho de Souza Lobo, Superintendente Regional Substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, informando que foi transferido à conta convênio INCRA-UNIOESTE-QUILOMBO, Caixa Econômica Federal, o valor de R\$ 41.229,07 (quarenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e sete centavos), referente à primeira parcela do INCRA/PR, programada conforme cronograma de desembolso. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 2216/2009/REDUR/LD - do Sr. Wilson Sfeir - Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedido a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso do Contrato de Repasse OGU nº 0171322-80/2004/MDA/CAIXA, junto ao programa PRONAF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 2217/2009/REDUR/LD - do Sr. Wilson Sfeir - Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, informando que foi procedido a alteração dos termos referentes a prorrogação do prazo de desembolso, do Contrato de Repasse OGU nº 0210149-15/2006/MDA/CAIXA, junto ao programa PRONAF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 2564/2009/REDUR/LD - do Sr. Wilson Sfeir - Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros em 09/04/09 no valor de R\$ 130.162,80 (cento e trinta mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta centavos) referente ao Contrato de repasse OGU nº 0244890-16/2007/MAPA CAIXA, junto ao Programa PRODESA. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 2898/2009/REDUR/LD - do Sr. Wilson Sfeir - Gerente Geral da Agência Nova Londres da Caixa Econômica Federal, comunicando o desbloqueio de recursos financeiros em 27/04/09, no valor de R\$ 229.404,91 (duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e um centavos) referente ao Contrato de Repasse OGU nº 017580-12/2004/MDA CAIXA, junto ao Programa PRONAF. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 247/2009/Agência Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente de Relacionamento Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificamos os créditos de recursos financeiros no valor de 26.722,99 (vinte e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0224994-48/2007/MCidades/CAIXA, no âmbito do Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, sob gestão do MCidades, que tem por objeto a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Assentamentos precários das bacias dos rio Iguaçu, rio Belém, rio Formosa, rio Padilha e bacia do rio Barigui. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Ofício nº 256/2009/Agência Governo do Estado do Paraná do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, noticiando os créditos de recursos financeiros, em 28/04/09, no valor de 82.631,60 (oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos) nas contas vinculadas aos Contratos de Repasse nºs 250.364-72 e 250.358-94, firmados com o Estado do Paraná, no Programa sob a gestão do MCidades, que tem por objetivo a Produção ou aquisição de Unidades Habitacionais. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIOM 100/09

Curitiba, em 13/05/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 13/05/09 (hoje) por estar participando junto com o Governo do Estado da entrega dos ônibus escolares ao Município de Campo Magro e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 616/09

#### SÚMULA:

Sugere a construção do espaço físico do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção do espaço físico do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) já implantado em Vila Guadiana e uma (01) cozinha industrial.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DR. BATISTA

### INDICAÇÃO Nº 617/09

#### SÚMULA:

Propõe a Brasil Telecom S/A, atendimento especial as necessidades do Município de Campo Mourão.

Sr. Diretor Presidente da Brasil Telecom S/A:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta conceituada empresa em destinar atenção especial à necessidade apresentada pelo Município de Campo Mourão/PR, em especial a instalação de um telefone público no Centro de recepção ao visitante do Parque Estadual Lago Azul.

II - O pedido nos foi formulado por iniciativa do nobre Vereador Professor José Pochapski e encaminhado pela Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze - ACAMDOZE.

III - O Parque Lago Azul é o maior espaço de lazer da Cidade, com extensão de 11,3 quilômetros, formado pela Usina Mourão I. É, também, um remanescente florestal de araucárias de 650 hectares. O reservatório é utilizado para lazer e pesca amadora, com trilhas utilizadas para atividades de educação ambiental e caminhadas ecológicas.

IV - A instalação do telefone público será mais um serviço a ser oferecido pelo expressivo número de visitantes deste principal ponto turístico de Campo Mourão e região.

V - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa dos interesses da nossa gente, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 618/09

#### SÚMULA:

Propõe a Secretaria Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de se construir uma ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, em Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Aparecido Paula da Silva, de Ubatã, através da ACAMDOZE, nos pede empenho em pleitar junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de se construir uma ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, em Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

II - O Distrito de Yolanda, em Ubatã, e o Município de Quarto estão localizados em uma das regiões mais produtivas do Estado do Paraná e apesar da proximidade entre eles, ainda não contam com benefício do asfalto, que visa garantir maior comodidade, segurança e integração entre as comunidades.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 619/09

#### SÚMULA:

Propõe ao DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que dispense atenção especial a necessidade de se instalar placas de advertência indicando a existência de animais silvestres na BR-487, na área do Parque Estadual Lago Azul em Campo Mourão.

Ao Sr. Superintendente do DNIT:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Professor José Pochapski, de Campo Mourão, através da ACAMDOZE, nos pede empenho em pleitear junto a este órgão que dispense atenção especial a necessidade de se instalar placas de advertência indicando a existência de animais silvestres na BR-487, na área do Parque Estadual Lago Azul em Campo Mourão.

II - O Parque Lago Azul é o maior espaço de lazer da Cidade, com extensão de 11,3 quilômetros, formado pela Usina Mourão I. É, também, um remanescente florestal de araucárias de 650 hectares. O reservatório é utilizado para lazer e pesca amadora, com trilhas utilizadas para atividades de educação ambiental e caminhadas ecológicas.

III - A rodovia BR-487 faz limite com o parque num trecho de mais de 2 Km separando a área de floresta da região da bota das demais áreas do parque. Esta rodovia tem provocado um impacto considerável no parque principalmente com relação à fauna, pois atropelamentos são constantes.

IV - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 620/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Turismo - SETU que dispense atenção especial a necessidade do Parque Estadual Lago Azul em Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado do Turismo:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Professor José Pochapski, de Campo Mourão, através da ACAMDOZE, nos pede empenho em pleitear junto a este órgão que dispense atenção especial ao Parque Estadual Lago Azul, no Município de Campo Mourão.

II - Por proposição do nobre Vereador Professor José Pochapski, através da ACAMDOZE, sugere:

1 - A abertura de processo visando declarar “as ruínas da primeira usina hidroelétrica do Parque Estadual Lago Azul” como patrimônio cultural do Paraná;

2 - Criação de uma logomarca e a confecção de material de divulgação das belezas naturais do Parque;

3 - Lançamento de concurso fotográfico;

4 - Criação de página na internet com fotografias e informações gerais;

5 - Abertura de trilhas, com sinalização específica, através das ruínas;

6 - Elaboração de um livro ou álbum fotográfico das imagens selecionadas no concurso; e

7 - Criação de um museu.

III - O Parque Lago Azul é o maior espaço de lazer da Cidade, com extensão de 11,3 quilômetros, formado pela Usina Mourão I. É, também, um remanescente florestal de araucária de 650 hectares. O reservatório é utilizado para lazer e pesca amadora, com trilhas utilizadas para atividades de educação ambiental e caminhadas ecológicas.

IV - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 621/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de conclusão do asfalto da estrada de Campo Mourão à Fazenda Boa Esperança.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelos nobres Vereadores Sidnei de Souza Jardim, José Roberto Voidelo e José Pochapski que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de concluir o asfaltamento da estrada de Campo Mourão à Fazenda Boa Esperança, através do programa “Caminhos do Saber”, no Município de Campo Mourão.

II- Conforme argumentação dos nobres Vereadores a proposição se faz necessária, pois esta é uma das mais importantes estradas rurais do Município de Campo Mourão, uma vez que atende uma das mais produtivas regiões do Município. Além do fato de localizar-se em região de relevo acidentado, fator que dificulta o trânsito pela mesma, sobretudo, em períodos chuvosos.

III - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 622/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de recuperar as lombadas da avenida Dr. Miguel Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Pochapski que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de se recuperar as lombadas da avenida Dr. Miguel Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão.

II- Conforme argumentação do nobre Vereador a proposição se faz necessária, pois considerando que a referida via é uma das principais da Cidade, por onde trafegam diariamente centenas de automóveis, a falta de manutenção dos redutores por toda a extensão da avenida tem trazido diversos transtornos aos motoristas.

III - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 623/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria Estadual dos Transportes que dispense atenção especial a necessidade de construção de galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Piquirivaí, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Helton Borges que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de se implantar galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Piquirivaí, no Município de Campo Mourão.

II- Conforme argumentação do nobre Vereador a proposição se faz necessária, pois, o Distrito fica a 20 km de distância da sede do Município de Campo Mourão, às margens da Rodovia BR-369 (Campo Mourão - Cascavel), onde vivem aproximadamente 800 famílias.

III - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 624/09

##### SÚMULA:

Propõe a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que dispense atenção especial a necessidade de implantação de um Programa de Habitação Rural - PHU, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Diretor da COHAPAR:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Companhia que dispense atenção especial a necessidade de se implantar um Programa de Habitação Rural - PHR, no Município de Campo Mourão.

II- Conforme argumentação do nobre Vereador a implantação beneficiaria agricultores familiares, ou seja, aqueles que utilizem o esforço direto de sua família no trabalho produtivo em mais de 80% de sua propriedade, que não detenham qualquer título de área superior a 50 hectares, que residam no imóvel rural há mais de um ano.

III - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 625/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação - SEED, que dispense atenção especial a necessidade de implantação de uma Biblioteca Cidadã, no Município de Goioerê.

À Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo diretor do CEEBJA Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental II e Médio do Município de Goioerê, que através de ofício nos pede empenho em pleitear junto a esta Secretaria que dispense atenção especial a necessidade de se implantar uma Biblioteca.

II - Conforme argumentação do nobre diretor o CEEBJA Maria Antonieta Scarpari está em uma construção antiga em um terreno com 490m<sup>2</sup> de área, ou seja, espaço suficiente a tal implantação. Tal solicitação vem ao encontro da expectativa da comunidade escolar, uma vez que a biblioteca atual, além de inadequada, possui uma área aproximada de 5x8m (40m<sup>2</sup>), espaço insuficiente para desempenhar sua função.

III - É do conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 626/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que dispense atenção especial a necessidade de providências no sentido de viabilizar a recuperação do Salto São João, localizado no rio Mourão e integrante do Parque Estadual Lago Azul, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador José Pochapski, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de providências no sentido de viabilizar a recuperação do Salto São João, localizado no rio Mourão e integrante do Parque Estadual Lago Azul, no Município de Campo Mourão.

II - Conforme argumentação do nobre Vereador o Salto São João é um dos cartões postais de Campo Mourão, faz parte da trilha Aventura, que tem o percurso de aproximadamente de 3 mil e 500 metros, mostrando diversos aspectos da vegetação ripariana, ruínas da Usina São João e as Cachoeiras Salto Belo e Salto São João no rio Mourão. A proposição é pertinente pois o crescimento

da vegetação ao redor do Salto impede o transcurso natural das águas, fazendo-se necessária a adoção de medidas visando preservar este importante referencial ambiental de Campo Mourão e Região.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 627/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Saúde que dispense atenção especial a necessidade de uma Clínica da Mulher e da Criança no jardim Cidade Nova, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de se instalar uma Clínica da Mulher e da Criança no Jardim Cidade Nova em Campo Mourão.

II - Conforme argumentação do nobre Vereador segundo o Vice-Governador esta ação do Governo vem ao encontro de uma série de outras medidas aplicadas para melhorar os serviços de saúde nos Municípios e conceder aos paranaenses melhores condições de atendimento, considerando ainda que a região do Jardim Cidade Nova é uma área muito carente na questão de saúde.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 628/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Saúde que dispense atenção especial a necessidade de um veículo para o Município de Miraselva.

Ao Sr. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo nobre Vereador Osmar Ferdinando Tonin Junior, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de um veículo para a saúde no Município de Miraselva.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a aquisição do veículo e a necessidade é muito grande. Trata-se de uma região carente no item Saúde e que requer especial dedicação de nossos governantes. Sensibilizados com a situação é que recorreremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 629/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB que dispense atenção especial a necessidade de um trator agrícola para o Município de Marilena.

Ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Marilena, nobre Vereador Edílson Sebastião Zanini, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de um trator agrícola para o Município de Marilena.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a aquisição do trator que serviria para o preparo das terras agricultáveis da localidade. Trata-se de uma região carente no item e que requer especial dedicação de nossos governantes. Sensibilizados com a situação é que recorreremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 630/09

##### SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação - SEED, que dispense atenção especial a necessidade de um veículo para o transporte dos alunos deficientes para o Município de Marilena.

A Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Marilena, nobre Vereador Edílson Sebastião Zanini, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de um veículo para fazer o transporte dos alunos deficientes no Município de Marilena.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a aquisição do veículo tão necessário. Trata-se de uma região carente neste item e que requer especial dedicação de nossos governantes. Sensibilizados com a situação é que recorreremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO N° 631/09

##### SÚMULA:

Sugere o redimensionamento das curvas da rodovia PR-281 do Município de Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o redimensionamento das curvas da rodovia PR-281 do Município de Dois Vizinhos, no trecho abaixo relacionados;

- Motel Lizi - DV São Jorge d'Oeste.
- Parque Industrial - Dois Vizinhos.
- São Valentin (Lois Link) Dois Vizinhos.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO



## INDICAÇÃO N° 632/09

## SÚMULA:

Sugere a construção de uma Escola Municipal.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma Escola Municipal em Saudade do Iguaçu.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população do Município de Saudade do Iguaçu, contemplando com uma Escola Municipal dentro do novo Programa do Governo Estadual, "Escolas Municipais."

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 633/09

## SÚMULA:

Sugere a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos (trevo) ao Verê.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos (trevo) ao Verê.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 634/09

## SÚMULA:

Sugere a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos a Francisco Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos a Francisco Beltrão.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 635/09

## SÚMULA:

Sugere a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos a Salto do Lontra.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a manutenção da rodovia entre o Município de Dois Vizinhos a Salto do Lontra.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 636/09

## SÚMULA:

Sugere a construção da terceira pista de Dois Vizinhos a Salto do Lontra.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção da terceira pista de Dois Vizinhos a Salto do Lontra.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 637/09

## SÚMULA:

Sugere a construção da terceira pista de Dois Vizinhos a Verê.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção da terceira pista de Dois Vizinhos a Verê.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## INDICAÇÃO N° 638/09

## SÚMULA:

Sugere a construção da terceira pista de Dois Vizinhos a Francisco Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção da terceira pista de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 639/09

##### SÚMULA:

Sugere a construção de uma pista paralela no acesso a Boa Esperança do Iguçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma pista paralela UTFPR - no acesso a Boa Esperança do Iguçu.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia, através de uma pista paralela, evitando assim a construção de um novo trevo.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 640/09

##### SÚMULA:

Sugere a construção de trevo no Parque Industrial na PR-281 no Município de Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um trevo no Parque Industrial na PR-281 no Município de Dois Vizinhos.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 641/09

##### SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (um) trevo no Município de Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de trevo em frente à empresa Sadia no Município de Dois Vizinhos.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender o grande tráfego de veículos e pessoas e pela importância da maior plataforma de abate de frangos da América do Sul.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 642/09

##### SÚMULA:

Sugere a construção de uma passarela no Município de Marmeleiro.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma passarela, próximo ao depósito de gás Sudoeste no bairro Araucária, na PR-180 que liga Marmeleiro a Francisco Beltrão.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios das 100 famílias, que necessitam atravessar a rodovia, a qual tem grande fluxo de veículos e caminhões, já ocorrendo diversos acidentes, até com vítima fatal, justificando a necessidade do redutor ou de uma passarela.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 643/09

##### SÚMULA:

Sugere a instalação de redutor de velocidade no Município de Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de redutor de velocidade no trevo de Verê.

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO N° 644/09

##### SÚMULA:

Sugere a instalação de redutor de velocidade no Município de Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de redutor de velocidade no trevo 281 - Cruzeiro (Saramandaia).

II - estamos apresentando a presente indicação procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO N° 2205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas ao Projeto de Lei n° 165/09, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010, até o dia 22/05/09.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEREU MOURA

## REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para alteração da data de realização de Audiência Pública nas dependências do plenarinho desta Casa Legislativa, sob o tema a implantação do subsídio como forma de remuneração os servidores militares, já aprovado nesta Casa, passando a realizar-se no próximo dia 18 de junho do corrente, no período das 14h às 18h.

Conforme estabelece o parágrafo 4º do artigo 39 da CF, a partir das alterações produzidas pela Emenda Constitucional nº 019, o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídios fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneração, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, XI.

Considerando que o artigo 144 da CF estabelece que os servidores policiais militares e corpo de bombeiros militares enquadram-se no disposto pela Emenda nº 019 e, considerando a Notificação Judicial Cível nº 0480892-0, de 14/03/08, do Tribunal de Justiça do Paraná resultante da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão do Governo do Paraná, torna-se de fundamental importância a realização de Audiência Pública para o aprofundamento destas discussões e a procura imediata de soluções para a regularização dos preceitos legais que regem a remuneração dos servidores militares do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS  
MAURO MORAES

## REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por três Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 496/08, item 06 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(aa) ELIO RUSCH  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 2214

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para viagem a Belém, no período de 27 a 29 de maio deste ano, para participar da XII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais REQUER a essa douta Mesa Executiva, com fulcro nos artigos 28, inciso I, 29, parágrafo 1º inciso I e II, e artigo 33 parágrafo 12, que o Projeto de Lei nº 790/07 de proposição do nobre Deputado Alexandre Curi, item 05 da Ordem do Dia de hoje, seja enviado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para produção de parecer necessário.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de pesar da Assembleia Legislativa à família de Maryen Miyamoto, jovem de Umuarama que faleceu aos 31 anos no dia 08 de maio. Maryen eras formada em Farmácia e, mais recentemente, durante a formatura, foi laureada como a melhor aluna do cursos de Cosmetologia e Estética, da Universidade Paranaense (UNIPAR).

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izidora Kurta, ocorrido no último dia 07/05/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento a sua filha: Claudete Maria Kurta.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Izidora Kurta os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 07 de maio, que deixa eternas saudades.

Dona Izidora, como era chamada, era pertencente à família tradicional em Campo Mourão e muito respeitada e querida na Cidade. Faleceu aos 68 anos de idade.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

## REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Neri da Silveira, ocorrido no dia 10/05/09, no Município de Nova Prata do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Noeli Maraschin da Silveira.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Professor e Diretor da Escola Estadual Cristo Redentor, muito se esforçou para dotar Nova Prata do Iguaçu de um bom nível de ensino. Homem de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ele tiveram o privilégio de conviver. Tenha posições firmes, jamais abria a mão de lutar por aquilo que achava justo e correto.

A morte do professor Neri da Silveira foi de grande consternação para o Município. De fato, representa uma tragédia inigualável, por mais que as pessoas acreditem que se está saindo de uma vida para outra, mesmo assim dificilmente alguém aceita a perda de um parente, ou amigo ou até mesmo de um conhecido.

Homem que praticava somente o bem, deixou uma marca que com certeza nem o tempo apaga. Seu Neri tinha um jeito ímpar de viver. Jamais alguém o encontrou triste. Sempre atencioso, atendia a todos com cortesia e urbanidade.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivo os legados deixados pelo falecido. O Município perdeu um verdadeiro mestre. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza, para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

## REQUERIMENTO Nº 2211

Senhor Presidente:

O Município de Jesuítas celebra aniversário neste dia 13 de maio, tendo sido criado através da Lei Estadual nº 7304, de 13/05/80, e instalado em 01/02/83, se desmembrando do Município de Formosa do Oeste. O nome é uma homenagem aos padres jesuítas que catequizaram os índios que aqui viviam.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve REQUER envio de congratulações ao Município de Jesuítas, nas pessoas do Prefeito Aparecido José Weiller Junior e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Ademir Olivieri, extensivas a toda sua comunidade.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 2212

Senhor Presidente:

O Município de Alto Paraíso celebrou aniversário no dia 9 de maio, tendo sido criado neste dia pela Lei Estadual nº 9242, no ano de 1990, portanto há 19 anos, quando se desmembrou de Umuarama com o nome de Vila Alta, sendo alterado para o nome atual através da Lei Estadual nº 14349/04.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve REQUER envio de congratulações ao Município de Alto Paraíso, nas pessoas da Prefeita Maria Aparecida Zanuto Faria e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Dejalma Gonçalves de Oliveira, extensivas a toda sua comunidade.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

## REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Altair Lozano Bonilha, Presidente da Empresa Protork.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## JUSTIFICATIVA:

Há 19 anos no mercado, a Tork iniciou suas atividades produzindo escapamentos de forma artesanal, na cidade de Curitiba, Paraná. A pequena fábrica cresceu com a demanda do mercado e se profissionalizou, mudando-se para a Cidade de Siqueira Campos, no Norte Pioneiro do Paraná.

Hoje, a Tork conta com 1 mil e 300 colaboradores diretos e possui mais de 3 mil e 700 ítems em seu catálogo de produtos sendo considerado o maior fabricante de peças e acessórios para motocicletas da América Latina.

Parabenizo o Sr. Altair Lozano Bonilha, Presidente da Empresa Protork, pela sua competência frente aos trabalhos da empresa, por acreditar nos paranaenses e por ter escolhido nosso Estado para sediar esta empresa, que hoje é orgulho do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Balé Teatro Guaíra pelos 40 anos.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

## JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Balé Teatro Guaíra pelos 40 anos. Foi fundado com o objetivo de ser um grupo oficial de dança que representasse o Estado do Paraná e que as obras para ele feitas fossem acessíveis ao grande público, fato concretizado com o mais alto grau de qualidade e

tornando-se referência nacional e internacional, com mais de 140 obras em seu repertório, possui um quadro de diretores, coreógrafos, músicos e artistas de renome que tornaram a companhia em uma das mais importantes do País, com uma representatividade histórica, com montagens e turnês consagradas.

#### REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Bar e Restaurante Filetto

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Bar e Restaurante Filetto, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

#### REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Rogerio Saad Vaz.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Rogério Saad Vaz, doutor em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia pela Universidade Federal do Paraná, atuando como coordenador e professor do curso de Biomedicina, realiza importantes pesquisas no Instituto de Ensino Superior Pequeno Príncipe em parceria com a UFPr, desenvolvendo projetos de Genômica e Proteômica, contribuindo para o maior conhecimento da área e desbravando o desconhecido para atingir a solução dos problemas relacionados, levando informação sobre o genoma completo de um organismo, e o conjunto de proteínas contidas em uma célula, determinadas pelo genoma da mesma.

#### REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Vicente da Silva.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Vicente da Silva, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná - FECER, que coordena e orienta os

empregados no comércio atacadista e varejista, promovendo a solidariedade entre os sindicatos filiados, realizando o estudo e a solução de problemas relacionados aos trabalhadores e à sociedade, atuando na coordenação, na defesa, proteção e representação das reivindicações e direitos dos comerciários, atuando intensamente na congregação de seus sindicalizados e na luta por direitos profissionais, por melhores condições de vida e trabalho, fortalecendo e valorizando a categoria.

#### REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, menção honrosa à Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, pelo excelente trabalho desenvolvido através do Projeto Mãos que Ajudam, o mesmo será entregue em Sessão Solene a ser realizada nesta Casa Legislativa no dia 17 de julho.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando solenidade para homenagear o trabalho desenvolvido pela Igreja através do projeto “Mãos que Ajudam”, que é um programa permanente de ajuda humanitária e de serviço comunitário, que mobiliza milhares de voluntários de todas as idades, membros da igreja, estendendo a mão a quem precisa. Por meios de serviço altruísta, doam parte do tempo para levar esperança onde existe aflição, alívio onde há dor e amor onde há desprezo. Agindo com limpeza, reforma e manutenção de escolas e outros lugares públicos, preservando o meio ambiente, apoiando campanhas comunitárias e participando de projetos que visem a conservar o bem coletivo.

Tal Sessão se realizará nesta Casa Legislativa no dia 17/06/09, a entrega da menção honrosa é uma homenagem simbólica diante o nobre trabalho desempenhado pela instituição.

#### REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Jardim Busmayer - Município de Campo Largo, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em todos os bairros, principalmente nos pontos de ônibus, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos. Os motoristas e cobradores de ônibus estão apavorados com tal situação devido o perigo que correm diariamente. Há motoristas que já sofreram mais de 06 (seis) assaltos e trabalham sem tranquilidade. A presença de policiais certamente proporcionará segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## ***Projeto de Lei Complementar***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 231/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1° Fica alterado o artigo 1°, da Lei n° 081, de 17/06/88, que foi alterada pelas Leis n°s 086/00 e 091/02, que institui a Região Metropolitana de Londrina:

“Art. 1° Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3°, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana e Primeiro de Maio.”

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) ALEXANDRE CURI

### **JUSTIFICATIVA:**

O Município de Primeiro de Maio, desde de 1951, quando foi criado pela Lei n° 790, está ligado geograficamente e historicamente ao Município de Londrina e com outros Municípios da região, sendo assim, nada mais justo que o referido Município passe a pertencer à Região Metropolitana de Londrina.

Isto posto, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI N° 228/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação do Movimento Amor Exigente - AMAEX, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

### **JUSTIFICATIVA:**

A Associação do Movimento Amor Exigente vem, desde 2006, prestando relevantes serviços às famílias que vivem o drama das drogas.

Trata-se de problema que ameaça a estrutura da sociedade, abalando as famílias, criando a necessidade de apoio e orientação para essas pessoas. O crescimento da criminalidade é um dos tristes reflexos dessa situação. São tragédias que abalam os cidadãos e criam situação insustentável de violência social.

A mobilização dos voluntários da AMAEX representa importante trabalho para a sociedade de Maringá e região e merece o reconhecimento desta Assembleia Legislativa.

A documentação anexa traz farto relatório sobre os princípios que norteiam o referido trabalho e a avaliação da necessidade social constatada pelos membros voluntários da instituição.

PROJETO DE LEI N° 229/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1° Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo combustíveis adulterados.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

### **JUSTIFICATIVA:**

A presente proposição tem o precípuo objetivo de coibir a comercialização de combustíveis adulterados, pois tal prática deve ser reprimida ante os comprovados danos e riscos que a adulteração promove ao patrimônio dos consumidores.

A ANP orienta a todos os consumidores sobre o assunto em tela, esclarecendo de forma bastante objetiva todas as questões referentes à qualidade dos combustíveis, sua verificação e importância, veja-se abaixo as questões respondidas pela Agência Nacional de Petróleo.

1) O que define a qualidade, no caso dos combustíveis?

A qualidade dos combustíveis é definida por um conjunto de características físicas e químicas previstas nas Normas Brasileiras (NBR) e Métodos Brasileiros (MB) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de normas da American Society for Testing and Materials (ASTM). A especificação estabelecida pela ANP, conforme a Lei n° 9478/97, determina valores-limites para essas características, de modo a assegurar o desempenho adequado dos combustíveis. É função da ANP regular a qualidade dos produtos derivados de petróleo por meio de regras estabelecidas em portarias, instruções normativas e resoluções, em conformidade com a legislação e com a Política Energética Nacional. O objetivo destas atividades é proteger a sociedade quanto à adequação dos combustíveis ao uso e ao meio ambiente, considerando a realidade nacional.

2) Que ações a ANP mantém quanto à qualidade dos combustíveis?

Desde 1999 a ANP mantém o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis, que atinge 23 Estados da Federação por meio de contratos com laboratórios de Universidades e Institutos de Pesquisa. Os resultados do programa são apresentados por região, por Estado e pelo total no País. Para identificar eventuais adulterações na gasolina, a ANP também instituiu, por meio das Portarias nº 274/01 e 231/02, o Programa de Marcação de Solventes, que torna obrigatória a adição de corantes a solventes com objetivo de acusar a presença ilegal destes produtos na gasolina.

A partir das informações obtidas nesses programas, das denúncias de consumidores e de dados oriundos de outros órgãos - como Procons, Ministério Público e Polícia - a ANP direciona as ações e estabelece os roteiros da fiscalização. Se for detectada adulteração ou não-conformidade no combustível comercializado num posto revendedor, a Fiscalização da ANP toma medidas como autuação, lacre da bomba, fechamento do posto e, após a conclusão do processo administrativo, aplicação de multa, conforme a Lei nº 9847/99. O valor das multas varia, conforme a irregularidade, entre R\$ 20 mil e R\$ 5 milhões.

3) O que é adulteração dos combustíveis?

A adulteração dos combustíveis se caracteriza pela adição irregular de qualquer substância, sem recolhimento de impostos, com vistas à obtenção de lucro.

4) De que modo a gasolina pode ser adulterada?

A gasolina pode ser adulterada de várias maneiras. As mais comuns são adição de álcool acima da quantidade determinada pelo Governo e a mistura irregular de solventes.

5) De que modo o álcool pode ser adulterado?

A adulteração mais comum do álcool hidratado é a adição de mais água à fórmula, o que resulta num produto fora de especificação, portanto inadequado ao uso. Outra forma de adulteração é a adição de álcool anidro ao álcool hidratado. O anidro é o tipo de álcool destinado exclusivamente para ser adicionado à gasolina. A na proporção de 23%, fórmula que resulta na gasolina C. Para coibir a adulteração do álcool hidratado com o anidro, a ANP aprovou, em 2005, a Resolução nº 036, que determina a adição de um corante de cor laranja ao álcool etílico anidro.

6) Quem perde com a adulteração?

A vítima imediata da adulteração é o consumidor que abastece seu veículo com o combustível adulterado. Mas cabe ressaltar que todos perdem com a adulteração já que a fraude reduz a arrecadação de impostos, o que gera prejuízo para toda a sociedade.

7) Que danos pode causar a adulteração de combustíveis?

O combustível que não esteja de acordo com as especificações estabelecidas pelas Portarias e Resolução da ANP pode danificar o motor e outros componentes do veículos, mesmo que o problema seja percebido a longo prazo, quando se torna impossível demonstrar quando e como o dano foi causado. Entre outros possíveis prejuízo

causados ao veículo pelas adulterações estão o rendimento insatisfatório do veículo, a perda de potência do motor e o aumento do consumo. Além disso, as adulterações pode elevar o nível da contaminação ambiental por gases e partículas poluentes.

8) Como saber se o combustível está adulterado?

A qualidade dos combustíveis é verificada por meio de testes específicos que revelam se os produtos estão de acordo com as especificações estabelecidas pela ANP e, também se houve adição ilegal de solventes. Estes testes são de competência exclusiva da ANP e só podem ser realizados em laboratório especializados a serviço da Agência. Entretanto, quando abastecer com gasolina, o próprio consumidor pode conferir se está correto o teor de álcool neste combustível, mediante a realização do teste de proveta, que o posto revendedor é obrigado a realizar quando solicitado.

9) Que iniciativas preventivas o consumidor pode tomar ao abastecer?

Além de poder exigir o teste de proveta, o consumidor deve solicitar a nota fiscal do posto revendedor - que contém todos os dados do estabelecimento, inclusive o CNPJ - e verificar outras obrigações do estabelecimento, como a exposição, em local destacada e facilmente visível, do quadro de aviso da ANP. O quadro deve exibir, em caracteres legíveis, o nome e a razão social do posto revendedor; o nome completo e o endereço eletrônico ([www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)) da agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; e o número de telefone do Centro de Relações com o Consumidor - CRC da ANP (0800 97 00267). O quadro deve informar também que as queixas do consumidor não atendidas pelo posto revendedor devem ser encaminhadas ao CRC, em ligação gratuita. No caso de postos de bandeira branca (que não têm vínculo contratual com distribuidora específica), o consumidor também pode observar se o nome da distribuidora da qual o posto adquiriu os produtos está informado na bomba abastecedora.

10) O que o consumidor pode fazer caso suspeitar de adulteração?

Denunciar o posto revendedor à ANP. Isso pode ser feito na seção Fale com a ANP no sítio da Agência na internet ou na Central de Atendimento 0800 970 0267 (ligação gratuita). Para que a denúncia seja registrada é necessário que o consumidor informe o nome, o endereço e o CNPJ do estabelecimento, além da descrição do ocorrido.

Mesmo que não resultem em imediata fiscalização ou que não se constate adulteração no momento da fiscalização, as denúncias recebidas pela Agência ajudam a direcionar as ações e a estabelecer os roteiros das fiscalizações da ANP. Estes roteiros e ações também levam em conta os dados coletados no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade da ANP e informações oriundas dos Procons, do Ministério Público, da Polícia e de outros órgãos.

11) Como é feito o teste de teor de álcool (teste de proveta) na gasolina?

Como é feito o teste do teor de álcool (teste de proveta) na gasolina?

O teste de teor de álcool presente na gasolina, conforme disposto na Resolução ANP nº 9, de 07/03/07 é feito com solução aquosa de cloreto de sódio (NaCl) na concentração de 10% p/v, isto é, 100g de sal para cada 1 litro de água:

- em uma proveta de vidro de 100ml, graduada em subdivisões de 1ml, com boca esmerilhada e tampa, colocar 50ml da amostra de gasolina na proveta previamente limpa, desengordurada e seca;
- adicionar a solução de cloreto de sódio até completar o volume de 100ml;
- misturar as camadas de água e amostra por meio de 10 inversões sucessivas da proveta, evitando agitação energética;
- deixar em repouso por 15 minutos, a fim de permitir a separação completa das duas camadas;
- anotar o aumento da camada aquosa, em mililitros;
- a gasolina, de tom amarelado, ficará na parte de cima do frasco e a água e o álcool, de tom transparente, na parte inferior. O aumento em volume da camada aquosa (álcool e água) será multiplicado por 2 e adicionado mais 1.

O consumidor pode solicitar que o posto faça o teste de teor de álcool na gasolina (teste da proveta) sempre que julgar conveniente.

12) É possível fazer análise do combustível que está no tanque do veículo?

Sim. O consumidor pode contratar o serviço de laboratório ou instituição de pesquisa para analisar o conteúdo de seu tanque de combustível. Porém, se o proprietário do veículo tiver abastecido em postos revendedores diferentes, não será possível identificar a origem de cada combustível contido no tanque.

Não pode, portanto, o Estado do Paraná, ficar alheio a este problema, agindo de modo concreto através da punição aos maus comerciantes que esta futura lei agirá.

#### PROJETO DE LEI Nº 230/09

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11911, de 01/12/97, modificado pela Lei nº 15051, de 17/04/06, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º Fica assegurado o transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, limitado a dois portadores de deficiências por viagem, bem como seu acompanhante, mediante a apresentação de atestado expedido pelos conselhos Municipais de Assistência Social ou entidades de portadores de deficiência.”

Art. 2º O Chefe do Executivo, no prazo de 60 dias, regulamentará a presente lei, estalecendo a competência para expedir os documentos que qualificam e identificam os usuários que fazem jus ao transporte gratuito, bem como, os procedimentos a serem adotados para a obtenção do benefício e reserva de passagens.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 15051 foi promulgada em 2006 e até hoje não teve efetividade.

O DER e as empresas do transporte coletivo invocam a falta de regulamentação para descumprir a norma.

As empresas de transporte coletivo sustentam a inviabilidade de cumprimento da norma pois não haveria limitador do número de passagens.

A proposição limita a duas passagens por viagem e determina que o Chefe do Executivo regulamentará todos os procedimentos no prazo de 60 dias.

#### PROJETO DE LEI Nº 232/09

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) Município de Tibagi, com sede no Município de Tibagi e foro na comarca de Tibagi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13/05/09.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Município de Tibagi, entidade fundada em 14/01/97, têm por finalidade promover a valorização de pessoa humana, por intermédio de ações, tais como, o atendimento da criança carente, das gestantes, idosos e deficientes. Visa ainda, a organização do programa do voluntariado, buscando a melhoria dos serviços prestados em prol das entidades sociais da comunidade em que está inserido, bem como promover o desenvolvimento social, melhorando a condição da população carente, contribuindo, sobretudo, para o bem-estar e a congregação destes na sociedade.

Destacamos, sobre maneira, a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 84.786.169/0001-09, que pela



sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do Estado do Paraná.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso da tribuna até para fazer um convite a todos os Parlamentares, de uma maneira especial a todos que têm uma ligação com a agricultura familiar, que amanhã, a partir das 8h, a FETRAF-Sul estará fazendo uma grande mobilização com a pauta que vai ao encontro das necessidades que tem a agricultura familiar hoje e, de uma maneira especial, sobre a questão da estiagem que vem ocorrendo ainda no nosso Estado do Paraná.

Nas reivindicações da FETRAF, algumas são não tão de imediato; as imediatas são relacionadas com a estiagem; e as que são a longo prazo começam cedo. A primeira entrega de pauta vai ser no IAP e é com relação à discussão do nosso meio ambiente.

É uma discussão que a FETRAF quer ter com o IAP e fazer parceria com o IAP, com a SEMA. E como o agricultor familiar pode preservar e ter um cuidado ainda maior com relação ao nosso meio ambiente, e claro que com isso também uma proposta que surge e tem vindo nas Audiências Públicas e Código Florestal, que seria um pagamento pela proteção ambiental que os agricultores vêm reivindicando. Todos eles sabem do seu compromisso com a questão ambiental, mas é preciso que se tenha uma proposta que fortaleça a nossa agricultura familiar.

Ao meio-dia os agricultores se concentram na praça Santos Andrade, inclusive com distribuição de alimentos da agricultura familiar e às 11h da manhã acontece uma Audiência da FETRAF com o Governador do Estado e entrega da pauta de reivindicação.

Paralelo a isso está acontecendo em Brasília, com entrega da mesma pauta de reivindicação daquilo de compete ao Governo Federal.

Queria deixar aqui um convite, de uma maneira especial a todos os Parlamentares que fazem parte da Frente de Segurança Alimentar e Nutricional aqui da Assembleia Legislativa, que na segunda-feira, dia 18, teremos o primeiro encontro, que vai discutir a primeira reunião de mobilização municipal para o Sistema Alimentar do Paraná.

O objetivo desse encontro, e o mesmo está sendo promovido pela Frente Parlamentar e o CONSEA tem como objetivo reunir os Prefeitos, Vereadores e Vice-Prefeitos que assumiram aquela carta-compromisso com a segurança alimentar do Paraná. Fazer com que esse debate comece a acontecer nos Municípios sobre o que é segurança alimentar. Desde a discussão da segurança alimentar na questão da merenda escolar, na agricultura, discutir isso com os Prefeitos, que é possível trabalharmos algumas ações voltadas à segurança alimentar, ou seja, debater a segurança alimentar. Não temos como debater isso apenas nacionalmente, ou só no nosso estado, mas esse debate precisa acontecer no Município.

Quando falamos em segurança alimentar, estamos falando desde o momento em que é lançada a semente ao solo, até o momento que chega o alimento, a comida no prato dos brasileiros.

Qual é a segurança alimentar que temos hoje? É nesse sentido o objetivo dessa reunião e fazer com que os Prefeitos possam ter realmente essa compreensão do que cada um pode fazer sobre a segurança alimentar no seu Município.

Esse encontro começa às 15h30, será no Palácio das Araucárias. Gostaríamos de contar com o apoio de todos os Parlamentares que têm interesse em discutir segurança alimentar, mas de uma maneira especial os que compõem a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. Terá a presença da Presidente do CONSEA do Paraná, Silvia Rigon, e também a presença do Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Renato Malu. Também estará participando a Secretaria do Planejamento, no qual vai estar explanando um pouco sobre o orçamento do Estado com relação à segurança alimentar.

Então, é muito importante a presença de todos. Fica aqui o convite para que todos participem desse primeiro encontro que acontecerá na segunda-feira à tarde, no próximo dia 18.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida, no Pequeno Expediente.

### ***Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)***

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente e nobres Pares. De forma até a reforçar o que a Deputada Luciana Rafagnin falou há pouco, que é a nossa Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, a discussão sobre esta questão do direito à segurança alimentar será feita na próxima segunda-feira, às 15h30, no Palácio das Araucárias. Seria fundamental que esta Assembleia estivesse lá representada por todos os Deputados.

Até porque estamos numa luta, de certa maneira vitoriosa, com muitas incursões a respeito da agricultura familiar, da segurança alimentar.

Haja vista agora o respeito da Convenção-4 da ONU, com a tentativa da EMATER, do Governo do Paraná, da FETRAF, de transformar as áreas de plantio de fumo no Paraná, que despejam no solo paranaense uma quantidade inimaginável de veneno, de agrotóxicos, transformá-lo em uma agricultura biológica e autossustentável. A tentativa desta Casa de implementar projetos, agora o Governador Roberto Requião, sancionando a lei que faz com que possamos retirar os agrotóxicos, o BHC do Estado do Paraná, são cerca de 3 mil toneladas, três milhões de quilos em local incerto e não sabido. O Governo não sabe onde está; quem sabe tem medo de dizer, de contar.

Então, essas coisas tão fundamentais, porque são vitoriosas que o povo paranaense, através da Assembleia Legislativa, tem obtido.

Falando nisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que venho aqui para fazer um agradecimento à Assembleia e também ao Governador Roberto Requião. Uma lei de nossa autoria, de minha autoria, que institui a obrigatoriedade, Deputado Elio Rusch, dos bares, lanchonetes e restaurantes colocarem, ao lado do preço do alimento, a quantidade de calorias. Esta proposta, aprovada pela Assembleia, foi sancionada pelo Governador e é lei, foi transformada em lei.

É a primeira lei no País que trata desta questão. É a Lei nº 16085, de 17 de abril de 2009.

Porque ela é tão importante? Porque segundo a Organização Mundial de Saúde,

a questão da obesidade se transforma numa verdadeira epidemia no mundo. Há, segundo a OMS, 300 milhões de obesos no nosso mundo. O Brasil tinha 3% da população de obesos há 10 anos, hoje já são 9,7, quase 10 ou seja, o País, em 10 anos, triplicou o percentual de obesos. Mas ser gordinho, vamos dizer, tem muita gente que gosta, mas o problema não é a beleza ou a feiúra de quem eventualmente gosta ou não gosta de uma pessoa com uns quilos a mais; o problema é que todos sabemos que isso induz ao aumento de pressão arterial, e está cheio de gente morrendo de problemas com enfartos, com acidentes vasculares cerebrais, fruto de pressão arterial, que induz a arteriosclerose. Está cheio de gente aí tendo doenças degenerativas antes da época. Hoje, estamos vendo crianças de 10, 12 anos, com doenças degenerativas que eram próprias de adultos de 50, 60, 70 anos, e estão incidindo em crianças. Problemas como apneia do sono, que o cidadão não consegue dormir à noite, ronca feito um maluco, não deixa as crianças dormirem e ele próprio também não dorme e acaba tendo problemas de distração no trabalho, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e coisas do gênero.

Enfim, estamos aqui no Paraná tentando dar um basta nessa epidemia, fazendo com que o cidadão saiba aquilo que ele está comendo. E o Governador Roberto Requião sancionou essa lei, que é pioneira no País, como disse já anteriormente, e isso nos dá uma grande alegria.

Hoje de manhã, no nosso gabinete, fui visitado pela Presidente do Conselho Regional de Nutrição, a Sra. Lili Purim Niehues, que junto com a Presidente do CONSEA, a Sra. Silvia Rigon, também com Maria Tereza Gomes de Oliveira Ribas, a Dra. Maria Emilia Daudt Heyde, que são Conselheiras do Conselho Regional de Nutrição aqui do Paraná, que vieram agradecer o presente que a categoria também recebe, mas em especial o Paraná, e se colocar à disposição desta Casa, da Secretaria de Estado da Saúde, na normatização da lei. E na conversa que tivemos, uma das questões básicas que levantaram foi a de que o direito humano à alimentação está intimamente ligado ao direito humano da informação: vamos a um restaurante, pedimos um prato gostoso, vêm cada vez mais gostosos os pratos, mas não sabemos exatamente o que estamos comendo, o quanto tem de colesterol, triglicérides, quanto tem de sal, quanto tem de gordura; comemos aquilo, Dr. Batista, ficamos extremamente satisfeitos e vamos para casa carregando, não sabemos quanto de problemas obtidos ali.

Como dizia o pai da Medicina, Hipócrates: “Somos o que comemos”. E a Assembleia Legislativa deixa claro que quer que o povo do Paraná saiba o que come, para comer bem e ter uma vida cada vez melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência, com pesar anuncia o falecimento do ex-Deputado Jorge Miguel Nasser, que foi Deputado de 1950 a 1963; de 1963 a 1967; de 1967 a 1971. As nossas homenagens a esse Parlamentar que está sendo velado nesta Casa, e a nossa solidariedade e toda a sua família. Falo isso em nome de toda a Assembléia Legislativa.

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

## ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para fazer um apelo para que se retire da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 496/08, do Poder Executivo, que trata da anistia. Faço isso, porque no final do ano, em uma reunião com todas as lideranças, esclarecemos que o projeto tem que ser muito bem debatido. Porque este Governo vai passar, o próximo Governo vai passar, mas o Estado do Paraná ficará. E da maneira como está esse projeto, a irresponsabilidade é muito grande, porque trata de uma anistia.

Fiz um voto separado na CCJ, em relação ao voto do relator, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, e perdi por um voto a minha argumentação. E a argumentação é simples: no artigo 41 da Constituição Federal, diz que compete à União, inciso XVII, conceder anistia. Não podemos, por uma legislação estadual, conceder anistia. Vamos abrir um precedente, porque a lei não pode ser individualizada.

Se formos incorporar todos os agentes públicos que participaram de processo decisório e que tenha resultado em demissão, afastamento até 1988, serão integrados. Temos que lembrar que até 1988 não existia o direito legal à greve. Portanto, todas as greves eram ilegais. Temos que constar aqui que um Vereador que pertencia à ARENA ou ao MDB e que, eventualmente, fosse funcionário público sem concurso, porque até 1988 eram raros os concursos, a grande maioria era na base no compadrio e incorporava função pública. Aí essa pessoa foi demitida. Num Governo só, foram mais de mil demissões. E a pessoa poderá alegar que era filiada a um partido político, por isso foi demitida; que foi candidata há oito anos atrás e depois foi demitida; que participou da passeata Tradição-Família-Propriedade e por isso foi demitida. Uma série de coisas.

A lei é muito vazia. E o que vamos fazer se votarmos a constitucionalidade, hoje? E se esse projeto for aprovado, vamos abrir um guarda-chuva, que não sabemos se a economia do Paraná vai comportar.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV***

Em respeito ao Deputado Antonio Belinati, e não posso nem fazer críticas porque não participei dessa reunião da Comissão de Finanças, que deu o parecer favorável, não temos o impacto, não sabemos quantos serão beneficiados. Não adianta dizer que aqueles que serão reintegrados ao serviço público, através dessa lei, abrirão mão daquele período de 20 anos que ficaram afastados. Porque essa lei diz que são aqueles afastados antes de 1988. Não adianta essa pessoa assinar um documento dizendo que não vai requerer os salários, as promoções, as férias e uma série de coisas que perdeu nesse período. A partir do momento que uma lei lhe conceder anistia e dizer que sua demissão foi uma demissão política, o que vai acontecer? Qualquer advogado pede, na sequência, o direito. É direito trabalhista. É um trem, e não trem da alegria.

Não estou aqui entrando no mérito das pessoas que foram demitidas. Agora, temos que construir uma lei amparada em alguma Comissão lá do Executivo. Sugerimos, inclusive, que faça parte algum membro do Ministério Público que analise, caso a caso, mande para cá um projeto de lei e autorizamos ao Governo reintegrar.

Se aprovarmos uma anistia a todos que foram demitidos até 1988, mesmo aqueles que não tiveram motivação política vão voltar. O que é pior: aqueles que já faleceram, vai gerar sim direito às famílias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Reni, quero cumprimentar V. Exa. pelo posicionamento.

Desde o primeiro dia que este assunto veio para debate, esta mensagem do Governo, sempre colocamos aqui na Casa que seria muito bom se o Governo já tivesse um estudo, quem seriam as pessoas contempladas, até para que pudéssemos inserir na lei alguns requisitos que determinassem, ou pudéssemos ter um parâmetro para saber quem são as pessoas que vão ser contempladas com essa lei.

No primeiro momento, houve um requerimento dos Deputados de Oposição pedindo ao Governo para que encaminhasse para esta Casa quem seriam os servidores que seriam atendidos nesta lei. A própria Liderança do Governo encaminhou contrário ao nosso requerimento. Agora, o que está acontecendo? Está, novamente, o projeto de lei para ser votado, não temos essas informações e isso beira à irresponsabilidade. Não podemos aprovar uma lei ampla, geral e irrestrita, porque isso vai custar recursos do Tesouro do Estado. No dia em que for aprovada esta lei, em que esta lei for promulgada, vamos ter aqui milhares de servidores que vão se sentir injustiçados e vão ter a justificativa, e isso pode criar um passivo para o Estado que não sabemos dimensionar e nem calcular.

Quem pode contribuir para que esta lei possa ser aprovada aqui, sem nenhuma dificuldade, é o próprio Governo, prestando as informações que já pedimos, por meio de requerimento e de pronunciamento.

Então, me somo a V. Exa. e faço o mesmo apelo, Presidente, se há possibilidade de retirada deste projeto de lei para deixarmos para uma outra oportunidade. Quando tivermos todas essas informações, podemos sim votar até favorável, mas sem as informações eu, pelo menos, já tenho posicionamento contrário.

Obrigado pelo aparte e faço um apelo, junto com o apelo do Deputado Reni, para que seja retirado de pauta.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Nelson Justus, certamente V. Exa. ouvirá, acho que até de membros do PMDB, do PT, que este pedido tem méritos, porque precisamos fazer um substitutivo geral tirando o termo anistia, porque como anistia é inconstitucional. Certamente, nós da Bancada de Oposição não, porque não fomos aquela menos de uma dezena de pessoas que o Governo diz que quer reintegrar.

Na verdade, queremos a responsabilidade com a coisa pública, e da maneira como está, Deputado Douglas Fabrício, vamos abrir um grande guarda-chuva, porque vamos abrir a possibilidade de reintegração. O pedido vai ser para todos aqueles que foram despedidos ou dispensados de seus empregos, anterior a 1988, porque na época não existia concurso público.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado

**(Assentimento)**

Deputado Reni, como disse ainda há pouco o Deputado Rossoni, este Projeto nº 496 já tinha sido

motivo de discussão, foi retirado de pauta e deixado para frente para podermos analisar melhor, com o pedido de que nós Deputados soubéssemos quais são as pessoas que estão sendo beneficiadas com este projeto. Não temos essa informação ainda. Veja só, estamos num momento em que a grande discussão é sobre o aumento de salário do funcionalismo público. Não é esse o momento que estamos discutindo? O projeto, inclusive, recebeu várias emendas. Mesmo contrariando a vontade do Governador, os Deputados querem melhorar este projeto dos funcionários públicos.

Bom, este que estamos votando, que é o Projeto de Lei nº 496, e queremos votar hoje, se não for retirado de pauta, também não vai onerar o erário público? Também não estamos falando em custo? Não estamos falando em dinheiro público, que vai ser repassado a tantas, milhares, sei lá, centenas ou talvez dezenas, não sabemos também quantas pessoas serão beneficiadas? E se o Governo alega que não tem recurso para dar aumento de salário para o funcionário público, agora ele, Governo, coloca um projeto aqui, dando anistia para diversas outras pessoas que nem sabemos quais! Então, de novo é incoerência do Governo. E nós temos que estar atentos a isso.

V. Exa. está de parabéns por levantar esse assunto aqui. Temos que estar juntos, realmente, pedindo que a Assembleia Legislativa, ou o Governo, nos forneça informações de quais são as pessoas que realmente estão sendo beneficiadas com esse projeto e quanto isso representa no erário público estadual.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Na verdade, Deputado Douglas Fabrício, esse tema já vem sendo debatido desde o ano passado. Entendemos que algumas pessoas efetivamente tiveram a perseguição, o Governo quer contemplar, alega que são entre oito e 10. Mas, não é isso que diz a lei. Primeiro, se a lei não fosse inconstitucional, já de cara, porque fere o artigo 21 da Constituição Federal, que diz que é competência exclusiva da União conceder anistia, ela seria ilegal porque não traz o impacto. V. Exa. tem razão: qual é valor? Não tem. Ela só diz o seguinte: *Todas aquelas demissões ocorridas entre 1º de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988, todos aqueles que tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados, por motivação política, terão direito.* Quantos foram? Eu tive uma informação de um Deputado de que só em Governo houve mais de mil dispensas, por quê? Porque pessoas que efetivamente não fizeram concurso público, estava, em uma função pública devido a um apadrinhamento, tinham sido candidatos a Deputado Estadual, Federal, por um partido, ganhou o outro partido. É lógico que não vai manter aquelas pessoas. Todas essas pessoas terão direito, inclusive agora com a estabilidade, na época elas não tinham estabilidade, não existia concurso público, e hoje tem a estabilidade. A lei diz: *Aqueles que eram estáveis.* Mas, qual era o critério de estabilidade antes de 1988? Não tinha um

critério legal para a estabilidade, tanto é que eram nomeados politicamente e depois ficavam, eram raros os concursos públicos.

Esse apelo que faço não é de um Deputado de Oposição, mas é dentro da coerência que fez com que fizesse um voto em separado com mais de 10 laudas justificando o perigo. Fui derrotado, Deputado Stephanes, por apenas um voto na Comissão de Constituição e Justiça. mas hoje acredito que estamos votando aqui a constitucionalidade, e é de bom alvitre que se retire, até para que o próprio relator, o Deputado Romanelli, possa fazer um substitutivo geral corrigindo a inconstitucionalidade e, de repente, identificando: são oito, são 10. Isso vai dar um impacto de tanto. Porque senão realmente é uma irresponsabilidade que está Casa estará cometendo com o Estado do Paraná, não é com a administração de José Richa, de Requião, de Álvaro Dias, de ninguém, é com o Estado do Paraná, e com o povo do Paraná, que não sabe quanto mais vai lhe custar essa lei se for votada dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

**Deputado Stephanes Júnior (PMDB)**

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, membros da Mesa, Deputadas, Deputados, senhoras e senhores.

O que me traz à tribuna hoje é o discurso que o Governador Requião fez ontem na “escolinha”, onde ele, com todas as letras disse: “O Deputado da base que não votar no projeto não precisa mais aparecer, não vou mais atender, não quero mais contato”. Isso não é posição de um estadista, de um Governador. Quando é mandato um projeto para esta Casa, eu como aliado, procuro ver o projeto com bons olhos e defendê-lo pelo mérito, nunca por uma pressão como essa. Eu não sei quem o Governador pensa que é! Eu escutei ontem o Deputado Rossoni dizendo que ele acha que o Palácio é dele. Ele não acha, ele tem certeza. E isso não é verdadeiro. Acho que a postura tem que ser completamente diferente.

O mérito dos projetos que tem que ser bom e eu, como aliado, vou defendê-lo, e não isto que ele falou ontem. Se não quiser me atender, não atenda, porque não preciso dele. Não preciso do Roberto Requião para me atender. Muito menos vou perder a minha consciência em função de favores, para representar o povo do Paraná. Na hora em que ele fala isso, eu me sinto atingido, porque não sou vassalo dele. Se ele gosta de estar cercado de vassalos, eu não sou um deles. Se ele me tratar como um aliado e com respeito, é outra conversa.

Ele se referia especialmente ao projeto que está propondo reajuste aos servidores, de 6%. Tenho uma ressalva para fazer em relação a isso. Primeiro, ele propõe 15% à iniciativa privada e, depois, ele não vai fazer para o setor público. Esse foi um grande erro, na minha opinião, falar uma coisa e fazer outra.

Fui durante quatro anos Secretário da Administração do Estado do Paraná. Fiz dezenas de Planos de Carreiras que estão em vigor até hoje. Tratei de negociações de salários em todas as classes do Estado do Paraná. Tirei redutor salarial de várias categorias. Fiz reenquadramentos, promoções, porque entendo dessa área. Sei que tecnicamente, neste momento, o Governo está correto com os 6% em função da situação orçamentária do Estado.

Mas na hora em que ele chega e diz: “Se não votar comigo...” Isto é o fim do mundo! Não sou vassalo e não estou aqui para ser capacho de ninguém. Estou aqui para votar naquilo que acredito e como aliado. Se a proposta for boa, venho defender.

Fazer essa ressalva sobre a posição do Governador. Sou do PMDB, mas ele não pode tratar ninguém dessa forma. Não sei quem ele acha que é.

Deixar o meu recado: não preciso dele para me reeleger, não devo a ele a eleição e muito menos a minha consciência, que está aqui para servir o povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, quero agradecer aos nossos telespectadores, que enviam e-mails com sugestões ao nosso trabalho. Como é gostoso esse canal de comunicação que temos com o nosso povo. Como é bom recebermos ideias e sugestões, para o bom desempenho do nosso mandato.

A Berenice me manda um e-mail dizendo que tem que fazer faculdade. Quando a faculdade é pública não tem problema, mas a grande maioria está na faculdade particular e bolsa de estudo não é fácil conseguir, não tem bolsa de estudo para todo mundo. A imprensa noticia, de vez em quando, que pessoas como fazendeiros e milionários são as que mais “mamam na teta” dos benefícios que o Governo destina e que deveriam ser carregados apenas para quem efetivamente é de baixa renda, com baixo poder aquisitivo. Quem é pobre tem dificuldade de convencer as autoridades que precisa de uma bolsa de estudo para si, ou para seu filho, ou para sua filha, o que é lamentável.

Recebo um e-mail do jornalista Fábio Campana um conceituado e respeitado jornalista. E também dos Vereadores Diego, de Jacarezinho, e do Adalberto Teixeira Chaves: *Espero que o senhor que foi mais uma vez eleito pelo voto do povo de Londrina, que o elegeu por seu trabalho, e mesmo assim os coronéis do poder o tiraram da Prefeitura.* Aí diz aqui o Adalberto, que ele espera o nosso voto, não aquele voto diante de ameaça do Governador Requião, de que quem votar para dar mais de

6% para o servidor, não vai participar de banquete com o Governador. Não vai usufruir as benesses do Governador.

Como nós somos da Oposição, não temos nenhum benefício do Sr. Governador e evidentemente que isso nos dá uma ampla liberdade de poder votar, sim, contra a pressão do Governador. O Governador, até aos olhos de alguns, não está errado, porque ele dá com uma mão e quer a contrapartida na outra. Aqui está cheio de Deputados que nomeiam, desnomeiam, ocupantes de cargos políticos do Governo. O Requião, agora com o jeito dele de governar, exigiu que cada um que está participando do banquete com ele, dê a contrapartida e vote integralmente a favor de apenas 6% de aumento para o servidor.

E nós, Deputado Douglas, Deputado Zucchi, Deputada Cida Borghetti, como somos da Oposição, com ampla liberdade de poder votar, vamos continuar, sim a favor dos servidores, votando emendas que deem 15%, até mais, de reajuste para o funcionalismo. Mas, vamos aguardar. Vamos ver quem vai sucumbir diante do novo quadro político nesta Casa.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Presidente, tenho um sobrinho Vereador, Marcelo Belinati, que conseguiu um efeito extraordinário ontem. Ele é médico, ortopedista, uma figura humana carismática, apresentou um projeto que foi aprovado por todos os Vereadores da Câmara de Londrina, proibindo a Prefeitura de Londrina - que é a segunda maior Cidade do Paraná e a terceira do Sul do País em população, tem 500 mil habitantes - o projeto foi aprovado com todos os votos dos integrantes da Câmara, que proíbe a Prefeitura de protestar aquele que está em débito com o IPTU, o ISS ou algum outro encargo perante a Prefeitura. Por quê? Porque na minha Cidade de Londrina, o Prefeito que deixou o cargo recentemente, ele mandou para o Cartório de Protestos e os cartórios ganharam uma fortuna para protestar o povo.

Qual é o setor do Brasil que tem dado mais aborrecimento em termos de reclamação? Em primeiro lugar, hoje, as empresas de telefonia.

A Prefeitura protestou o povo. A Vivo é uma das maiores empresas de telefonia do mundo. Deve para a Prefeitura de Londrina, R\$ 104 milhões. Isso daria para fazer vários hospitais, várias escolas, várias creches, maternidades, consertar a buraqueira das ruas nos bairros da Cidade, deixar a Cidade mais bonita - só com o crédito que a Prefeitura tem de ISS da Vivo, que não paga porque não quer, porque tem dinheiro - R\$ 104 milhões.

Mas a Vivo não foi protestada pela Prefeitura, não foi mandada para o Cartório de Protesto. Mas um cidadão que devia R\$ 29, não são 29 milhões, não, a Vivo deve para a Prefeitura de Londrina R\$ 104 milhões, um devedor de R\$ 29 foi protestado, mas a Vivo, não. Será que isso é justiça? Lógico que não!

Então, daí até os grandes devedores de empresas construtoras, que estão devendo fortunas para a Prefeitura de Londrina, não são protestados; apenas o pequeno, que deve R\$ 29, R\$ 30, daí o acerto, o gesto humanitário muito louvável do Vereador Marcelo Belinati, ao apresentar esse projeto que foi aprovado. Daqui para frente ninguém mais será protestado, porque caberia primeiro, eu acho até, seria a lógica, protestar a Vivo, que deve 104 milhões para a Prefeitura de Londrina para depois, então, protestar aquele que deve apenas R\$ 29.

Parabéns ao Vereador Marcelo Belinati pelo acerto desse projeto.

E queremos, já que tocamos aqui na Vivo, quanta reclamação contra a Vivo, a Brasil Telecom e tantas outras operadoras de telefonia celular, mas estou aproveitando o problema que envolve a dívida da Vivo com a Prefeitura de Londrina para poder indagar aqui desta tribuna, que é a Casa do Povo, Sr. Waldyr Pugliesi, o senhor que é o nosso grande líder do Norte do Paraná, e falam e tem o PROCON, falam e tem mesmo o PROCON, falam que tem o Código de Defesa do Consumidor, tem sim o Código de Defesa do Consumidor, mas será que tudo isto está resolvendo os problemas do povo?

Eu vi, passamos por uma experiência há pouco tempo com a Brastemp, que é uma das maiores empresas, a Brastemp fabrica fogão, geladeira, ar-condicionado, tantos eletrodomésticos da Brastemp, e aconteceu um problema com um refrigerador, com apenas 12 meses de uso o refrigerador foi para o conserto, R\$ 2 mil para consertá-lo. Foi apelado para todos os segmentos da Brastemp para fazer a troca. Seria natural. Não interessa, nessa altura, se está ou não no contrato de garantia, porque há uma coisa maior que é o nome, a respeitabilidade, o crédito, o conceito que a Brastemp tem perante milhões e milhões de consumidores no Brasil, inclusive eu e minha família.

Mas tivemos uma grande decepção, falamos da tribuna, cobramos da Brastemp, mandamos vários e-mails para a direção da Brastemp, para a assistência da Brastemp, não estou nem aí com o usuário, com o consumidor, eles viram as contas, não estão preocupados se isto vai abalar ou não o nome da Brastemp.

Mas fica uma outra indagação: será, Deputado Valdir Rossoni, um dos mais brilhantes deste nosso País, será que é só na Vivo, a telefonia que tem problemas com proprietários de telefone celular? Será que é só na Brasil Telecom? Será que o problema é só na Brastemp? Não. E são empresas poderosas. Eu não sei quem é o grupo proprietário da Net - para quem não sabe, a Net é uma operadora que coloca a imagem dos canais de televisão em sua casa pela chamada TV fechada, em que a pessoa paga uma mensalidade por mês, como paga a conta para a COPEL, como paga para a SANEPAR, como paga a conta para a Vivo - a Vivo não paga a conta dela para a Prefeitura de Londrina, mas se o usuário do celular ficar devendo R\$ 20 para a Vivo, eles deixam a pessoa no mudo, no calado.

Pois bem, mas será que é só a Brasil Telecom, a Vivo, a Brastemp que estão faltando com o respeito ao nosso povo? A Net está na mesma postura, o mesmo jeito de agir, o mesmo jeito de não dar bola, de não respeitar os seus usuários.

Fica aquela história que o Governo, em Brasília, estabeleceu que tem tantos minutos para você ligar e o seu problema ser resolvido. Mentira. Na teoria tudo bem, mas quando dá um problema de fatura na sua conta da Net, vi agora, a minha filha Cíntia Belinati ficou vários dias, liga lá porque a fatura não está correta, está com um valor bem além do que se deveria pagar. Aí fica, você liga para um número, aperta o dois, aperta o três, o tempo passa e você fica na linha 15 minutos, meia hora, uma hora e meia e você fica feito peteca, transformam você num bobo. Querem transformar o usuário num idiota. Isto está errado, o usuário merece respeito.

Então, hoje não sei quem é o grupo desta Net. Mas nem a corregedoria da Net está resolvendo para dar satisfação em respeito aos usuários da Net aqui do Paraná. Não vamos falar em nível de Brasil, mas deve ser a mesma coisa, a mesma desconsideração, o mesmo relaxo, a mesma negligência.

Então, fica aqui o apelo ao pessoal do PROCON: vamos sair da teoria. Não vamos ficar esperando só reclamação. Tem gente que fica sem jeito de enfrentar uma fila no PROCON para registrar uma queixa. Quem sabe até preventivamente os fiscais do PROCON poderiam, de quando em quando, dar uma incerta para ver como essas empresas de telefonia atendem mal o usuário.

A Brastemp vende um refrigerador que durou apenas um ano e não deu o menor atendimento ao comprador. Como essa Net, joga o nosso usuário daqui para lá, de lá para cá. Parece que é uma estratégia para você gastar um bom dinheirão no telefone.

Fica portanto a nossa crítica às operadoras de telefonia. Muitos jornais não vão publicar uma vírgula do que eu falei, porque são grandes anunciantes dos jornais, das estações de rádio e de televisão. Não é um pronunciamento que estou esperando que vá sair uma vírgula em algum jornal. Mas mesmo assim, saindo ou não, criticamos, vamos ser perseverantes para exigir dessas empresas o respeito que o povo merece, de ter um serviço de maior qualidade.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero fazer uma pelo ao Líder do Governo. Temos na pauta a discussão do Projeto nº 496, que trata da questão de concessão de anistia. Quero fazer um apelo ao Líder do Governo que retire esse projeto. Vamos fazer um acordo de lideranças. Conversei com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, para retirarmos esse projeto de pauta. Por que, Sr. Presidente? Primeiro, nós carecemos de mais informações. Segundo, estamos aprovando um projeto que é inconstitucional. Não temos aqui nesse projeto o impacto financeiro. Qualquer cidadão que argumentar a inconstitucionalidade desse projeto, aprovamos e será derrubado. Então não adianta.

Por exemplo, pode ter aqui, me assistindo neste momento, alguma pessoa que deverá ser anistiada por esse projeto. Eu não tenho nada contra as pessoas que serão anistiadas. O que eu quero, na verdade, é aprovar um projeto com o impacto financeiro, com um projeto que tenha consistência constitucional. Porque se votarmos dessa maneira esse projeto, estaremos aqui praticamente chovendo no molhado. Amanhã alguém não vai ser contemplado por essa anistia, vai argumentar a inconstitucionalidade e vai derrubar o projeto.

Infelizmente há uma falha, na minha maneira de entender, e eu posso discordar da Comissão de Finanças, que não exigiu o impacto financeiro, e sem o impacto financeiro não podemos aprovar.

Faço o apelo novamente a V. Exa., com esse argumentos. Conversei com o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, que concorda com esse posicionamento. Conversei há pouco com o Deputado Romanelli, usando desses argumentos, e vi no Deputado Romanelli o desejo de aprovar essa lei mas aprovar uma lei constitucional, embasada e que possamos ter o impacto financeiro.

Desculpe-me insistir no caso, porque é importantíssimo, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem a Deputada Luciana Rafagnin.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Gostaria de pedir ao Deputado Valdir Rossoni que entrássemos num acordo e votássemos hoje a constitucionalidade desse projeto. Deixasse aprovar em 1ª votação. Em 2ª votação tentar sanar as dúvidas que os Deputados têm.

Na verdade, venho acompanhando algumas pessoas que fazem parte e teriam direito de ser anistiado, tendo em vista que na época houve realmente uma perseguição política, essas pessoas foram demitidas e até hoje não se reestruturaram. Gostaria que essas pessoas pudessem, sim, ser reconhecidas pelo Estado e pudessem ser beneficiadas por esse projeto.

Acho que é um projeto importante, sei que não são muitas as pessoas. O projeto substitutivo está sendo bem claro, teria uma comissão, é uma comissão séria que vai analisar toda documentação para saber se realmente a pessoa foi demitida por perseguição política.

Acredito que não tem nenhuma pessoa que vai ser beneficiada caso ela não tenha sido demitida por perseguição política.

Essa comissão prevê, inclusive o projeto substitutivo está bem claro com relação a quem vai ser beneficiado, tenho certeza que é uma comissão séria e que não vai dar direito a quem não mereça.

Agora, é justo que o Paraná reconheça que houve injustiça com algumas pessoas e possa fazer com que elas possam voltar ao cargo, à função, voltar junto ao Estado do Paraná.

Gostaria de fazer esse apelo ao Deputado Valdir Rossoni, para que votássemos nessa 1ª votação, que depois pudéssemos analisar, ou tentar sanar as dúvidas que têm os Deputados com relação ao projeto.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu levantei uma questão de ordem da questão da constitucionalidade. A Deputada, com todo o conhecimento, entrou no mérito. Estou aqui porque, em 1º discussão, estaremos votando a constitucionalidade. Como há vício de origem, é inconstitucional. Se corrigirmos, ele poderá ser aprovado, é constitucional e aí poderemos até votar favorável.

Faço um apelo para que possamos corrigir o vício de origem para que esse projeto seja constitucional.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem o Professor Lemos.

#### O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Quero me somar aqui à questão da Deputada Luciana Rafagnin, e fazer um apelo ao Líder da Oposição e também ao Deputado Rossoni, que possamos votar esse projeto aqui, que é uma mensagem do Governo, que vem do Executivo. Votar a constitucionalidade e a Comissão, por exemplo, de Finanças, pode evidentemente examinar esse projeto e colher inclusive as informações necessárias, para que ele possa depois retornar aqui e ser apreciado pelo Plenário em 2ª e 3ª votação. Que possamos votar hoje, há uma injustiça praticada contra os servidores que precisamos reparar com urgência. É um projeto muito importante que precisamos apreciar aqui nesta Casa.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Entendo o apelo que o Deputado Valdir Rossoni faz, no sentido de que possamos adequar esse tema, porque o tema é controverso.

Tivemos um extravio aqui na Casa do projeto original, o processo todo foi extraviado, que levou a Diretoria Legislativa a refazer, recompor o projeto. Por alguma razão, naquele final de ano, houve um extravio desse e de um outro projeto que já discutimos o tema.

O projeto, que é da Mensagem nº 036/08, que se transformou nesse projeto de lei, é um projeto que se alimenta contra ele uma grande mística, que ele seria um “trem da alegria”, que beneficiaria mais de 1 mil servidores. Na verdade, sabemos, e quem conhece o fato sabe muito bem que isso está vinculado a um episódio específico. O que importa, na verdade, é resgatar a dignidade do trabalhador, que tem todo ser direito atingido por conta de ter participado de um movimento grevista. O fato concreto é esse.

São 12, 13 pessoas no máximo, que se enquadram nesse projeto. Ontem, na reunião da base, discutimos esse projeto.

O fato é que não estamos tratando aqui de uma anistia. Não é uma anistia, embora tenha esse nome. O que estamos tratando é de uma lei garantidora dos direitos dos servidores que foram demitidos e desligados por conta de terem participado de uma manifestação a favor de um momento complexo que se vivia.

Por que estou dizendo isso? Porque tem um critério, nós o reformulamos, no projeto original já foi modificado e eu, como relator, acatei as emendas e sugestões que foram feitas. Formamos uma comissão única, não haverá mais comissões em cada um dos órgãos, com representantes da OAB, do Ministério Público.

Sr. Presidente, não há nenhuma dificuldade para que possamos retirar esse projeto da pauta de hoje, incluir esse projeto já com o substitutivo geral, incluindo as emendas, limitando até a abrangência do projeto, para poder deixar qualquer um aqui despreocupado e incluir na pauta de terça-feira que vem.

Se houver concordância, Sr. Presidente, concordo em retirar da pauta de hoje e depois encaminharmos conjuntamente um requerimento. Retiramos da Ordem do Dia e retorna na terça-feira, já com o substitutivo preparado em comum acordo, para que possamos, de fato, garantir que não haverá aqui, como alguns querem fazer parecer e não é isso, que haja um “trem da alegria”. Não há “trem da alegria”.

Mas, de qualquer forma, podemos melhorar a redação, deixar as cláusulas do ponto de vista daquilo que é direito das pessoas, mas ao mesmo tempo deixar bem claro o que é que se pretende, no espírito da lei, que é de fato, de resgatar aqui o direito de pessoas que tiveram as suas vidas - estamos tratando de pessoas - de vidas interrompidas, de profissionais que foram responsáveis, Sr. Presidente, para formular as melhores políticas públicas da área da agricultura, especialmente na área da agricultura, nos últimos 20 anos. Estamos falando de pessoas que são altamente qualificadas e que são profissionais que o Estado precisa.

Por isso, quero aqui concordar em retirar o projeto, voltando na terça-feira com uma nova redação, já adequada, construindo aqui, se não um consenso, uma maioria do ponto de vista daquilo que é objetivo do espírito desse projeto de lei, que foi enviado pelo Governador Requião.

É isso, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas dizer que inclui na Ordem do Dia esse projeto, por entender a extrema importância, extrema relevância que tem esse projeto, principalmente após ter conversado com algumas pessoas envolvidas. Mas concordo que devemos encontrar aí uma maneira, a melhor possível, para que não corramos o risco de qualquer medida judicial posterior. Vamos combinar aqui,

deixar democraticamente combinado de que, na terça-feira, colocamos esse projeto na Ordem do Dia, e evidentemente solicitando à Liderança do Governo, à Liderança da Oposição a aos Deputados interessados, a participarem da formatação desse substitutivo, do voto, para que não tenhamos a possibilidade de incorrer em qualquer risco de “trem da alegria”, que não é o caso, evidentemente, mas em algum erro constitucional ou coisa parecida, ou o impacto financeiro, como bem lembrou o Deputado Valdir Rossoni.

Então, acho que conseguiremos, sem sombra de dúvidas, formatar um bom projeto, um bom substitutivo geral nisso.

Fica desde já retirado, o Deputado Rossoni antecipou a discussão que deveria acontecer na hora da Ordem do Dia, mas antecipado que foi, já portanto deferido o requerimento para a retirada do projeto para a próxima terça-feira.

Esta Presidência, antes de passar a palavra à Deputada Rosane Ferreira, que está esperando há algum tempo, registra com satisfação a presença dos Vereadores Nito, Belmiro, Silas, Moraes e José Roberto Grava, Vereadores de Sarandi. Todos a pedido do Deputado Luiz Nishimori e do Deputado Dr. Batista. De igual maneira é bem-vindo a esta Casa o Vereador de Braganey, Mauro Paulo, companheiro do Deputado Nereu Moura. Sejam todos bem-vindos à Casa.

Com as nossas desculpas, Deputada Rosane Ferreira, a palavra é vossa.

### *Deputada Rosane Ferreira (PV)*

A SRA. ROSANE FERREIRA

Foi um grande momento, e eu tive o prazer de ceder o meu horário para que chegássemos a um consenso pela prosperidade e harmonia dos trabalhos desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, principalmente os telespectadores do Canal 21 e da TV SINAL.

Na última segunda-feira, dia 11, realizamos uma reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em pauta discutíamos as medidas compensatórias da ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, a nossa REPAR. Eu já usei essa tribuna em outro momento e informei que a REPAR passaria por uma grande ampliação, e por conta desta grande ampliação a REPAR teria que destinar de 0,5 a 1% dos recursos da ampliação na criação de uma unidade de conservação, ou seja, aplicar 0,5 a 1% do montante da ampliação em meio ambiente.

Pois bem, nessa última segunda-feira, como eu disse, realizamos essa reunião e tínhamos lá a presença do IBAMA, através do seu Diretor-Presidente, Sr. José Álvaro; do IAP; através do seu Presidente, Sr. Vitor Hugo Burko; presidindo a reunião o Deputado Cheida, a minha pessoa, estavam lá também a SEMA, a COPEL, A COMEC, a REPAR, algumas ONGs ligadas ao meio ambiente, e foi uma reunião bastante produtiva.



Apresentamos, naquele momento, o projeto de criação do Parque Várzeas do Iguaçu, que seria uma forma de preservar o que está nas várzeas e conseguir garantir a revitalização do nosso rio. Por mais de uma vez falei desta tribuna das condições precárias e absurdas em que se encontra o nosso rio Iguaçu, na sua cabeceira.

Quero deixar registrado que a reunião foi extremamente proveitosa, conseguimos entrar num consenso. Não teve ninguém, naquele Fórum, que colocou uma palavra contra a ideia de aplicarmos todos os recursos num projeto de revitalização do rio Iguaçu. Considero um grande start para o nosso rio. E o que fechou com a chave de ouro, e o motivo que me traz aqui neste momento, é que ontem, numa reunião com o Governador Roberto Requião, na presença do Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, do Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente Deputado Cheida, tivemos, por parte do Governador Roberto Requião, o compromisso, mais do que isso, uma missão, que é a revitalização do rio Iguaçu. O Governador Roberto Requião fechou conosco o objetivo de aplicar todos os recursos provenientes da ampliação da PETROBRAS num único projeto: a revitalização do nosso rio Iguaçu.

Não tenho a menor dúvida que é um grande momento para o Paraná, para Curitiba, para a Região Metropolitana, para Araucária, Contenda, Lapa e Balsa Nova, que serão beneficiadas com essas medidas que vamos tomar em busca da revitalização do nosso rio Iguaçu. Esse dinheiro poderia ir para o Fundo do Meio Ambiente e ser pulverizado para o Paraná todo, se fosse a vontade do Governador Roberto Requião, da Secretaria do Meio Ambiente e o IAP, e não conseguiríamos alcançar o nosso objetivo.

Estou muito feliz de poder anunciar essa questão, de registrar nos Anais desta Casa esta situação. Vamos esperar que a REPAR e o IAP cheguem a um consenso com relação aos recursos que variam de 0,5 a 1%, ou seja, é um montante de 50 a R\$ 100 milhões, que estão previstos para utilização no intuito de revitalizar o nosso rio Iguaçu. Assim que chegarem a um consenso, estaremos com um projeto pronto para dar start nessa grande empreitada.

Podem ter absoluta certeza, se nada mais eu tivesse feito, só isso já teria valido a pena ter disputado, um dia, a cadeira para esta Casa.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PSDB, PDT, PMDB.

**(Declinam)**

Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

### ***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Chico Noroeste (PR)***

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente, cidadãos, cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

Depois de presenciar uma reunião do Comitê, do Estado do Paraná, Pró-Copa do Mundo 2014, em Curitiba, eu vi o Ministro do Turismo se pronunciar, ele citava a Cidade de Foz do Iguaçu, e ali percebemos a importância que tem essa Cidade no Paraná, e também no Brasil. Ele citava Foz do Iguaçu para justificar a Cidade de Curitiba para ser escolhida como sendo uma das 12 Cidades a sediar os jogos da Copa de 2014. Depois do término dessa reunião, propus aqui na Assembleia Legislativa, no mês de fevereiro, um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, solicitando que Foz do Iguaçu integrasse, também, o comitê estadual.

Esse nosso requerimento foi enviado ao Presidente do comitê, o Vice-Governador Orlando Pessuti, que de imediato deferiu e, na sequência, pediu que eu pudesse me dirigir até Foz do Iguaçu, acompanhado do Secretário do Comitê da Copa. Lá nos reunimos com as entidades ligadas ao comércio, mas principalmente ao turismo. Pedimos que eles pudessem indicar membros para integrar o comitê estadual. E assim foi. Hoje, às 19h, haverá uma reunião, na FECOMÉRCIO, para anunciar e empossar mais 36 membros. Somando os 17 já existentes, totaliza 56 membros.

Uma notícia boa e até uma surpresa agradável é de que a Cidade de Foz do Iguaçu foi confirmada, mais outras Cidades importantes do Estado do Paraná também foram indicadas: São José dos Pinhais, Ponta Grossa e também Paranaguá. É claro que existem outras Cidades importantes também, mas essas que passarão, a partir de agora, a integrar o comitê estadual, são importantíssimas do ponto de vista turístico. Portanto, essas Cidades estarão, a partir do momento que tomarem posse, lutando, somando forças e esforços, junto aos membros anteriores, no sentido de que a Cidade de Curitiba seja, de fato, escolhida como sendo uma das Cidades Sede da Copa do Mundo de 2014.

No caso de Foz do Iguaçu isso é muito bom, porque a partir do momento em que Curitiba foi escolhida como sede da Copa, Foz do Iguaçu está prevista, pelo menos, para ser uma subsede da Copa do ano de 2014. Portanto, nós, a Cidade de Foz do Iguaçu, que é uma Cidade turística, cai muito bem. E isso é muito bom porque não quer dizer que Foz do Iguaçu vai realizar jogos, mas ela pode recepcionar seleções que poderão vir do mundo inteiro, como por exemplo, pode ser Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos. Enfim, estou falando aqui hipoteticamente.

Então, é muito bom que podemos, temos condições de recepcionar essas seleções da melhor maneira possível, porque a Cidade de Foz do Iguaçu possui uma infraestrutura invejável. Foz do Iguaçu possui o terceiro

parque hoteleiro do Brasil e é uma das Cidades mais visitadas por estrangeiros, que recebe visitantes do mundo inteiro. Portanto, temos condições de recepcionar bem essas seleções e temos também condições para que lá possam ser realizados treinos. A partir do momento em que essas seleções forem para Foz do Iguaçu e realizarem os seus treinos, a Cidade ganhará com o mídia estadual, nacional e também internacional, porque será escolhida como uma das subsedes. E a partir do momento que for escolhida como subsele, Foz do Iguaçu, sem dúvida alguma, receberá investimentos importantes do ponto de vista turístico e esportivo.

Por exemplo, podemos reivindicar a melhoria no aeroporto internacional de Foz do Iguaçu, porque infelizmente há que se admitir, não é um aeroporto hoje compatível, condizente, para recepcionar pessoas, visitantes do mundo inteiro. Hoje, em Foz do Iguaçu, quando faz sol, o turismo enfrenta o sol; quando chove, o turismo enfrenta a chuva; quando faz frio, o turista, ao descer da aeronave, enfrenta o frio; enfrenta a poeira, se tiver poeira. Portanto, queremos investimentos importantes como no aeroporto e também com relação à duplicação da BR-469, o acesso ao Parque Nacional do Iguaçu, às cataratas, essas maravilhas que nos dão o status de sermos expoentes no turismo no Estado do Paraná, de Cidade importante no Brasil, uma Cidade conhecida por todos os brasileiros, conhecida em todo o mundo, conhecida a nível internacional.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, aproveitando a gentileza de V. Exa., que é um Lorde, para fazer um registro de uma grande mulher que, há pouco mais de um século, a Princesa Isabel, teve a coragem que muitos homens não tiveram, de abolir a escravidão no Brasil. O reconhecimento *in memoriam* ao ato da Princesa Isabel.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN; Democratas; PT; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.  
(**Todas declinam**).

## Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 100/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 13/05/09 por estar participando, junto com o Governo do Estado, da entrega dos ônibus escolares ao Município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 616/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado a construção do espaço físico do CRAS - Centro de Referência da Assistencial Social. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 617/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da Brasil Telecom S/A, especial atenção às necessidades do Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 618/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, atenção especial à necessidade de construir uma ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, em Ubatuba e o Município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 619/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Superintendente do DNIT, atenção especial à necessidade de instalação de placas de advertência indicando a existência de animais silvestres na BR-487, na área do Parque Estadual Lago Azul, em Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 620/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Turismo, atenção especial à necessidade do Parque Estadual Lago Azul, em Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 621/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, atenção especial à necessidade de conclusão do asfalto da estrada de Campo Mourão à Fazenda Boa Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 622/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, atenção especial à necessidade de recuperar as lombadas da avenida Dr. Miguel Luiz Pereira, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 623/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, atenção especial à necessidade de construção de galerias e pavimentação asfáltica no Distrito de Piquirivaí, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 624/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, atenção especial à necessidade de implantação de um Programa de Habitação Rural, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 625/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, que dispense atenção especial à implantação de uma biblioteca no Município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 626/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a viabilização da recuperação do Salto São João, localizado no rio Mourão e integrante do Parque Lago Azul, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 627/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, atenção especial à necessidade de uma Clínica da Mulher e da Criança, no jardim Cidade Nova, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 628/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a necessidade de um veículo para o Município de Miraselva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 629/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, atenção especial à necessidade de um trator agrícola para o Município de Marilena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 630/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de um veículo para o transporte dos alunos deficientes para o Município de Marilena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 631/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o redimensionamento das curvas da rodovia PR-281, do Município de Dois Vizinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 632/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma escola municipal no Município de Saudade do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 633 a 635/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a manutenção da rodovia entre os respectivos Municípios: Dois Vizinhos (trevo) a Verê; Dois vizinhos a Francisco Beltrão; Dois Vizinhos a Salto do Lontra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 636 a 638/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção da terceira pista nos respectivos Municípios: Dois Vizinhos a Salto do Lontra; Dois vizinhos a Verê; Dois Vizinhos a Francisco Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 639/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma pista paralela no acesso a Boa Esperança do Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 640/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de um trevo no Parque Industrial na PR-281 no Município de Dois vizinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 641/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de um trevo em frente a empresa Sadia, no Município de Dois Vizinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 642/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de uma passarela no Município de Marmeleiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 643 e 644/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a instalação de redutor de velocidade no Município de Dois Vizinhos nos respectivos trevos de Verê e 281 Cruzeiro (Saramandaia). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2214, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para viagem a Belém no período de 27 a 29 de maio deste ano, para participar da XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Fazer o registro da morte do ex-Prefeito de Ponta Grossa, Paulo Cunha Nascimento. Ele faleceu ontem à noite, em Curitiba, vítima de um AVC e está sendo enterado neste momento em Ponta Grossa. Ele foi Prefeito de 1993 a 1997, na sequência fui seu assessor. O ex-Prefeito Paulo Cunha Nascimento, aos 67 anos, nos pregou uma peça, um susto, porque ele estava bem e ninguém esperava. Ele contribuiu muito por Ponta Grossa, foi Secretário das Finanças, depois Vice-Prefeito do atual Prefeito, autor de inúmeras obras, entre elas o Hospital da Criança. Não éramos do mesmo partido, até fomos adversários, mas sempre houve respeito. Os nossos sentimentos à família Nascimento.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agradeço, Deputado Jocelito Canto, a lembrança, porque confesso eu mesmo ter conhecimento neste instante. Esta Assembleia rende todas as homenagens ao ex-Prefeito Paulo Nascimento, que nos deixa prematuramente.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná, na forma que menciona. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 190/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6938/81, fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente, respeitadas as normas estabelecidas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007, de 18/04/08, no que couber.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 547/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que altera e estende os benefícios da Lei nº 15758 de 27/12/07 aos créditos de natureza não-tributária, nos termos da Lei Federal nº 4320/64. **Aprovada. (Publ. no DA nº 153/08 de 16/12/08, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 193/09, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o reajuste de 6% nos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e dos cargos comissionados. **Aprovada. (Publ. no DA nº 040/09 de 28/04/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2009. Resolução nº 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 046/09 de 11/05/09, em 1ª Discussão).**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza a construção de Usina Termoelétrica no Município de Agudos do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS NA CCJ E COPTC. **(Publ. no DA nº 143/07 de 06/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
AO PROJETO DE LEI Nº 790/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

A proposta que ora se pretende conceder autorização para construção de Usina Termoelétrica no Município de Agudos do Sul, tendo por combustíveis serragens e aparas de madeira.

#### **Fundamentação**

Com aspecto inicial, necessário que se analise acerca da legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso presente. Neste particular, disposição do artigo 209 do texto da Constituição do Paraná serve como fundamento:

*Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termoeletricas, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.*

Portanto, surge a autorização da Casa Legislativa como verdadeiro pressuposto para posterior construção. E tal autorização se busca através da publicação de lei, em sentido formal.

Dos requisitos legais para aprovação do presente projeto.

A construção de usina, sem dúvida, transgencia o tema de direito ambiental. A importância pode ser aferida, na medida em que se plasmou na Constituição da República o seguinte:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividades potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;*

Pois bem, legislar sobre o direito ambiental é tarefa concorrente, consoante o artigo 23 da Carta Política:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.*

*§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*

*§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

*§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.*

*§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.*

Pelo exposto, de se concluir que a competência da União Federal é para traçar regras gerais. Pois bem, no ano de 1981 foi editada a Lei nº 6983, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente. No artigo 8º tem-se que:

*Art. 8º Compete ao CONAMA:*

*I - estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;*

*II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis*

*consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.*

Insta dizer que ambos os incisos foram acrescentados por leis posteriores à Constituição da República, de 05/10/88.

Em sendo assim, resta evidente que o Conselho Nacional de Meio Ambiente está incumbido de exarar normas para o licenciamento das atividades potencialmente poluidoras, como a construção de uma Usina Termoeletrica.

Pois bem, o CONAMA exerce seu poder regulamentador, dentre outros meios, através de Resoluções. Especificando, compete nesse passo a análise da Resolução de nº 279/01, que trata do assunto ora em discussão. O texto da resolução diz que:

*Art. 1º Os procedimentos e prazos estabelecidos nesta resolução, aplicam-se em qualquer nível de competência, ao licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental, aí incluídos:*

*I - Usinas hidrelétricas e sistemas associados;*

*II - Usinas termelétricas e sistemas associados;*

Desde logo, de se destacar que se exigirá um licenciamento ambiental simplificado para o caso presente. E o momento em que se deve apresentar o relatório é:

*Art. 3º Ao requerer a Licença Prévia ao órgão ambiental competente, na forma desta resolução, o empreendedor apresentará o Relatório Ambiental Simplificado, atendendo, no mínimo, o conteúdo do Anexo I desta Resolução, bem como o registro na Agência Nacional de Energia - ANEEL, quando couber, e as manifestações cabíveis dos órgãos envolvidos.*

*§ 1º o requerimento de licença conterá, dentre outros requisitos, a declaração de enquadramento do empreendimento a essa Resolução, firmada pelo responsável técnico pelo RAS e pelo responsável principal do empreendimento, bem como apresentação do cronograma físico-financeiro a partir da Concessão de Licença e Instalação, com destaque para a data de início das obras.*

*§ 2º A licença prévia somente será expedida, mediante apresentação, quando couber, da outorga de direito dos recursos hídricos ou da reserva de disponibilidade hídrica.*

Assim sendo, o interessado, ao requerer a licença prévia ao IAP, obriga-se a apresentar o RAS (Relatório Ambiental Simplificado) para concessão da licença. Como se depreende da análise dos documentos acostados ao presente projeto, tem-se que a licença prévia foi aderida pelo IAP, até a data de 29/10/08 (Licença Prévia nº 15129). E mais, também foi entregue a este relator cópia integral do RAS, firmado pelo IAP como conferindo com as originais.

Sendo assim, pode-se inferir que:

- O RAS corresponde ao exigido pela Constituição da República e do Estado, quando se exige estudo prévio;
- O IAP deferiu a licença prévia, pelo que o RAS atendeu aos requisitos legais;
- As demais licenças, quais sejam, de instalação e operação poderão ser fornecidas em momento oportuno, fazendo-se entretimentos, imperioso, que esta Casa autorize tal construção.

#### **Conclusão**

Em razão do exposto, pelo respeitoso ao aspecto da legalidade e da constitucionalidade nosso parecer é aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 28/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 790/07

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza a Construção de Usina Termelétrica no Município de Agudos do Sul.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta preocupa-se com o problema da crise de energia elétrica que acontece no país, determinando aos setores competentes a realização de estudos para que sejam apresentadas soluções para esse grave problema. As pequenas Usinas Termelétricas se apresentam como soluções eficientes e rápidas para a solução desta crise.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 790/07.

Sala das Sessões, em 19/11/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

Consulto o Deputado Francisco Bühner.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria, só para encaminhar, conversei com o Deputado Cheida, ele concorda que seja votado hoje em 1ª discussão e na sequência ele vai apreciar na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Há uma concordância dele.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação. Em discussão. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, só registrar voto contrário, porque votei contrário na CCJ por entender que não podemos aprovar projeto autorizatório, todos são vetados pelo Governador, e nesse caso estamos autorizando o Governador a construção de uma usina.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, em relação a esse Projeto de Lei nº 790/07.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deixe-me explicar a V. Exa., Deputado Romanelli. Agora, por uma questão de dever de ofício, o projeto foi aprovado em 1ª discussão. Inclusive um acordo que houve com o Deputado Francisco Bühner e o Deputado Cheida, que em 2ª discussão o projeto voltaria para a Comissão de Meio Ambiente para parecer. O projeto, em 1ª discussão, em que pese o voto pertinente do Deputado Tadeu Veneri, está aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero dizer o seguinte: tenho muito respeito pelo autor do projeto, mas quero deixar consignado, porque na 2ª discussão do projeto vou encaminhar contra. A verdade é a seguinte: a competência para legislar sobre a energia é da União, e especificamente neste caso, estamos falando da implantação de uma termelétrica. O que ocorre, na prática, é que a iniciativa desse projeto é do Poder Executivo. Vou concluir por aqui, mas não tenho dúvida de nenhuma outra posição. No momento da 2ª discussão voltamos com o tema.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

De acordo com o requerimento do Deputado Cheida, fica sem efeito.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2236, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando que seja enviado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para emissão de parecer necessário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, que dispõe do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de sociedade de economia mista. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 137/08, de 17/11/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 496/08

#### **P A R E C E R :**

##### **I - Relatório**

O projeto de lei em epígrafe de autoria do Poder Executivo, visa conceder anistia aos Servidores Públicos

Civis e Empregados da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, bem como aos Empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob o controle do Estado do Paraná aos quais foram exonerados ou demitidos no período de 01/01/83 a 31/12/88, contrariando os preceitos legais.

Em sua justificativa o autor sustenta que a “*Carta da República do Brasil de 1988 consagrou a concessão de anistia em seu artigo 21, inciso XVII.*”

*E não podia ser diferente, visto que a Constituição Federal nasceu da inspiração do Estado Democrático de Direito, consagrado o livre exercício da democracia e da liberdade de expressão e, com isto, banir dos nossos dias qualquer tentativa de repressão do pensamento por parte do Estado, em especial aos funcionários.*

Diz ainda, que *a proposta ora em tela busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, no período que especifica, por terem sido demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais e terem sido privados dos seus cargos ou empregos.*

É o relatório.

## **II - Da Fundamentação do Parecer**

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

## **III - Conclusão**

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, e da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 10/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N° 496/08**

Com fulcro no que autoria os artigos 137, parágrafo 2° e 141, II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sugere-se uma Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n° 496/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1° Fica concedida a anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, Autárquica e Fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob o controle do Estado, que, no período compreendido entre 01/01/83 a 31/12/88, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, devidamente caracterizada, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista, nos seguintes termos:

I - despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

II - exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego estável à época da demissão e/ou exoneração, demitidos ou dispensados.

Art. 2° O retorno ao serviço dar-se-á, exclusivamente, no cargo ou emprego anteriormente ocupado ou, quando for o caso, naquele resultante da respectiva transformação e restringe-se aos que formulem requerimento fundamentado e acompanhado da documentação pertinente no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta lei.

Art. 3° Observado o disposto nesta lei e de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias e financeiras da Administração, o Poder Executivo deferirá o retorno ao serviço dos servidores ou empregados despedidos arbitrariamente no período a que se refere o artigo 1°.

Art. 4° No prazo estipulado o artigo 2°, quando necessária a realização de concurso, contratação ou processo seletivo com vistas ao provimento de cargo ou emprego permanente, a Administração Pública Estadual e as empresas sob controle do Estado do Paraná excluirão das vagas a serem preenchidas pelos concursados o número correspondente ao de postulantes habilitados na forma desta lei para os respectivos cargos ou empregos.

Art. 5° Será Criada a Comissão Especial de Anistia, que decidirá, em caráter terminativo, sobre a existência da motivação política referida no inciso II do artigo 1° desta lei, desde que devidamente caracterizada e comprovada, em cada caso, nos autos do respectivo processo.

§ 1° A Comissão a que se refere o *caput* deste artigo será composta por:

- a) Um membro do Ministério Público Estadual;
- b) Um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- c) Um membro da entidade de classe ou sindicato a que esteja ou esteve vinculado o servidor;
- d) Um membro da Casa Civil;
- e) Um representante da Secretaria de Administração e Previdência.

§ 2° A Comissão será presidida pelo representante designado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3° São atribuições da Comissão:

I - analisar os requerimentos, desde que formulados no prazo estipulado no artigo 2º, e considerar em relação aos atos administrativos referidos no artigo 1º os seguintes aspectos:

a) incidência da decadência prevista no artigo 9º desta lei; e

b) a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa;

II - analisar as razões da defesa e a instrução probatória;

III - notificar os interessados para apresentação de defesa, quando concluir pela ocorrência da situação referida no artigo 5º, parágrafo 3º, inciso I, alínea “b”;

IV - deliberar quanto ao reconhecimento da condição de anistiado ou, se julgar necessário, solicitar nova instrução mediante a requisição de processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais que permitam o convencimento e a deliberação sobre o requerido;

V - encaminhar as suas conclusões, na forma do artigo 6º.

§ 4º Os agentes públicos que tiverem participado de processo decisório que tenha resultado em demissão de que trata esta lei, não poderão integrar a Comissão de que trata este artigo.

§ 5º Constatada que não houve notificação pessoal, ou que não foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, o requerente será notificado pela comissão para, no prazo de dez dias, aduzir as razões de defesa relativas ao ato de anulação e requerer a instrução probatória que entender de direito.

§ 6º Os requerimentos de revisão deverão ser instruídos com documentos que comprovem as razões de fato e de direito alegados, facultando-se à Comissão requisitar processos, informações e outros elementos, inclusive depoimentos pessoais no intuito de lhes propiciar o convencimento e a instrução do processo de revisão, para efeito de deliberação.

Art. 6º As conclusões da Comissão, quanto ao reconhecimento da condição de anistiado, serão submetidas ao Governador do Estado, a quem cabe deliberar sobre o retorno dos servidores despedidos arbitrariamente.

Art. 7º No desempenho de suas atribuições, a Comissão deverá observar o disposto no artigo 1º desta lei, para o restabelecimento da condição de anistiado, não se admitindo as seguintes situações:

I - as exonerações e dispensas decorrentes de processos administrativos ou judiciais regularmente julgados pela autoria administrativa ou pelo Poder Judiciário, com trânsito em julgado;

II - as dispensas ou exonerações de funções de confiança ou cargos comissionados;

III - as dispensas por justa causa;

IV - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de órgãos ou entidades que tenham sido extintos, liquidados ou privatizados, salvo quando as respectivas atividades:

a) tenham sido transferidas, absorvidas, ou executadas por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual; ou

b) estejam em curso de transferência ou de absorção por outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual;

V - as adesões a programas de desligamento voluntário ou incentivado; ou

VI - as exonerações, demissões, dispensas ou despedidas de empregados de entidades que não integravam a Administração Pública do Estado do Paraná.

§ 1º A existência de processo judicial que rejeitou a reintegração do servidor prejudica a análise pela Comissão.

I - A inexistência de processo judicial deverá ser comprovada através de certidão negativa do Cartório Distribuidor.

II - Constando na certidão a existência de processo judicial, deverá ser juntada aos autos cópia da petição inicial, a fim de comprovar não se tratar de procedimento destinado a reintegração do servidor.

Art. 8º A anistia a que se refere esta lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, inclusive para fins previdenciários.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo se dará mediante renúncia por instrumento público, para cada servidor.

Art. 9º Ressalvado o prazo para conhecimento da anistia de que trata esta lei, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Art. 10. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 496/08

P A R E C E R :

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual de Empresas Públicas e de Sociedade de Economia Mista.



**Fundamentação**

Chamada a se pronunciar, esta Comissão, de acordo com o que prescreve o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. vale destacar que tal propositura busca minimizar os constrangimentos sofridos por servidores estaduais, por terem, sidos demitidos ou exonerados, contrariando os preceitos constitucionais a terem sido privados dos seus cargos ou empregos.

**Conclusão**

Sendo assim, opinamos favoravelmente ao projeto de lei, na forma da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2256, de autoria dos Deputados Elio Rusch e Luiz Claudio Romanelli, constata-se do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Queria retirar o pedido, mas solicito aos Srs. Deputados Líderes do Governo e da Oposição, e realmente aos Deputados interessados nesse projeto extremamente polêmico, que se reunissem para que chegássemos na Sessão de terça-feira com alguns ajustes nesse projeto, para que aí pudéssemos votar sem qualquer dificuldade.

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 496/08, conforme acordo entre as lideranças. Também acordado que os Srs. Líderes irão retocar o projeto.

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 009/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do código de proteção e defesa do consumidor disponível para consulta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 009/09

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor disponível para consulta.

O projeto de lei ora analisado não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Federal, que assegura:

*Art. 24. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turísticos e paisagístico;*

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

(...)

*V - defesa do consumidor;*

Já a Constituição Estadual diz:

*Art. 145. O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos e ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.*

Dentro desse paradigma, verifica-se que a proposição intentada encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 009/09

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor disponível para consulta.

Ao analisar o presente projeto de lei não encontramos nenhum óbice e por isso encaminhamos parecer favorável, e sugerimos a aprovação do texto.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

**Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para encaminhar que é um projeto de lei de minha autoria, em que vamos analisar a constitucionalidade, e quero dizer que constitucional é o projeto, por força que, efetivamente, vamos ter mais um instrumento para garantir os direitos do consumidor no âmbito do Estado do Paraná, ou seja, ele obriga que todo

estabelecimento comercial possa ter à disposição do consumidor um Código de Defesa do Consumidor, para que ele possa exercer os seus direitos. Inclusive para aqueles estabelecimentos que tiveram dificuldade de ter um Código, a Imprensa Oficial imprime e distribui gratuitamente para quem precisar.

Então, certamente vamos ter um instrumento a mais para defender o direito do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns.

Em discussão. Encerrada a discussão. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

## ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 139/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que torna obrigatória, além da divulgação em outros meios de publicidade, a publicação através da imprensa escrita dos atos oficiais dos Municípios do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 031/09, de 07/04/09, em **Projetos de Lei**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 139/09

#### P A R E C E R :

##### 1. Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 139/09, de autoria do Deputado Nelson Justus tem como escopo tornar obrigatória a publicação dos atos da administração pública Municipal do Estado do Paraná, pela imprensa escrita, em Diário Oficial Municipal ou em jornal de circulação na respectiva região.

##### 2. Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional e legal.

Cabe primeiramente observarmos a competência para a propositura do projeto lei.

A Constituição Federal no artigo 25, parágrafo 1º, assevera a competência dos Estados à organização da Constituição Estadual e Leis.

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e Leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.*

Assim, o Estado do Paraná tem competência sobre a matéria tratada, vez que, não fere os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Federal.

Analisamos ainda a iniciativa dos Membros desta Casa de Leis em propor projetos de lei. Assim, assevera o artigo 124 do Regimento Interno:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.* (grifo nosso).

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que os Deputados Estaduais, detêm de iniciativa para propor leis ordinárias para a referida aprovação.

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.* (grifo nosso).

Desta forma, o Deputado Estadual Nelson Justus, possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias, sobre a matéria tratada neste projeto de lei.

A publicação dos atos públicos é de caráter essencial para que Administração Pública, para que a população tome conhecimento dos atos realizados pela administração, determinado pela Constituição Federal e Estadual assegura, em sua constitucionalidade, assim vejamos nos artigos 37, *caput* da Constituição Federal e artigo 27, *caput* da Constituição Estadual.

*A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)* (grifo nosso).

Caberá à lei ordinária indicar, a forma adequada de se dar à publicidade aos atos da Administração Pública. Normalmente, esse dever é satisfeito por meio da publicação em órgão de imprensa oficial da Administração, entendendo-se com isso a obrigatoriedade através de imprensa escrita, em diário oficial Municipal ou em jornal de circulação na respectiva região.

A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo.

Além do mais, seria absurdo que o Estado brasileiro, que, por disposição expressa de sua Constituição, afirma que todo poder nele constituído “emana do povo” (artigo 1º, parágrafo único, da CF) viesse a ocultar daqueles em nome do qual esse mesmo poder é exercido informações e atos relativos à gestão da *res publicae* as próprias linhas de direcionamento governamental. É por isso que se estabelece, como imposição jurídica para os agentes administrativos em geral, o dever de publicidade para todos os seus atos.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência Parlamentar para legislar sobre apara a proposição de lei estadual, concernente à matéria tratada.

### 3. Conclusão

No que concerne à legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar n 095/98.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

### Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para poder registrar o meu voto favorável, mas ao mesmo tempo ressaltar a iniciativa que V. Exa. tomou. Havíamos aprovado, já na reunião da CCJ na última terça-feira, mas o Projeto de Lei n° 139/09, de sua autoria, Sr. Presidente, é extremamente importante, porque vai esclarecer a todos, ou seja, deixar de forma clara o quanto lutamos pelo princípio da publicidade, porque querer restringir os atos legais praticados no âmbito dos Municípios, única e exclusivamente na internet, reconheçamos, uma coisa é o Estado quando trabalha com um portal extremamente ativo e que efetivamente se tornou uma regra, Diário Oficial; a outra é o Município, pequeno ou médio Município do Estado do Paraná, ou até mesmo grande Município, em que querer restringir a publicidade dos atos legais sem que haja publicação numa mídia impressa, ou seja, num jornal de circulação local ou regional, efetivamente é atender contra um dos princípios basilares da nossa República, que é o princípio da publicidade e especificamente dos atos oficiais.

Então, parabeno V. Exa., porque esse projeto, indiscutivelmente, é um grande avanço e vai normatizar esse tema, contrário senso, a pareceres que foram elaborados, é claro, na minha avaliação, a pedido de pessoas que descumprem aquilo que é um princípio fundamental da democracia, que é o princípio da transparência.

Parabéns a V. Exa. por esse projeto de lei, que certamente vai garantir a publicidade dos atos oficiais em todos os jornais do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu também até iria encaminhar o projeto de V. Exa. e parabenizar o Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa, por esta iniciativa.

Na verdade, já houve um mal entendido por parte de alguns jornais do nosso Estado, que teria partido por parte desta Assembleia, quer dizer, alguma manifestação da não mais obrigatoriedade dos Municípios usarem o órgão oficial, ou seja, um jornal impresso, apenas eletrônico.

Nós conversamos com V. Exa. há algum tempo e V. Exa. imediatamente disse: “Jamais eu faria uma coisa destas. Quando mais ampla for a publicidade, quem ganha são exatamente as empresas, os munícipes ou mesmo a população do Estado.”

Então, parabenizar V. Exa. e agradecer também a todos os Deputados que votaram na 1ª discussão. Amanhã, com toda certeza, ele sabe que será aprovado na 2ª discussão, sem emendas, e dispensa-se até a redação final e passa a ser lei, que todos os Municípios terão a obrigatoriedade de ter um órgão oficial, jornal impresso.

Quero aproveitar também e dizer que o Estado do Paraná não está usando mais o Diário impresso. Apresentamos aqui na casa um decreto legislativo para revogar o decreto do Governador, que retirou a obrigatoriedade da circulação impressa do órgão oficial. É o mesmo sistema. Acredito que da mesma forma como os Deputados votaram favorável a esse projeto, para que se torne mais transparente, tenho certeza que o Governador do Estado - talvez nem se faça necessário que venhamos a votar o nosso decreto legislativo - que ele mesmo revogue o seu decreto e faça novamente o Diário Oficial do Paraná na versão impressa, para que a população possa ter acesso a ele. Parabéns.

Obrigado.

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2205 e 2255, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2206 e 2207, de autoria do Deputado Stephanes Junior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2211 e 2213, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2228, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2237, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Mauro Moraes, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 2238, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2232 e 2235, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às 10h, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 009 e 139/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106, 129 e 177/09.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações:******Ata de Comissão******Segurança Pública***

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão

de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Mauro Moraes. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

***Publicações Administrativas:******Minuta de Contrato*****MINUTA DE CONTRATO**

**Modalidade:** Convite nº 018/09 - Protocolo 7720/09.

**Objeto:** Divulgar materiais de interesses desta Assembleia Legislativa.

**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Editora Cabeza de Vaca Ltda.

**Valor:** R\$ 75.000,00 anuais.

**Vigência:** 30/04/09 à 31/12/09.

**Dotação:** 3390.3900.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO